



ATA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco por meio
2 do aplicativo *Microsoft Teams*, realizou-se por videoconferência a 44ª Reunião Ordinária
3 do Conselho Gestor do Fundo de Desenvolvimento Urbano – FUNDURB. **01)** Pauta;
4 Comunicações gerais; Deliberação sobre demandas e solicitações ao Conselho Gestor;
5 Apreciação da Prestação de Contas Parciais do Exercício de 2025. **2).** Com a palavra, a
6 Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, Secretária Executiva, cumprimentou os presentes,
7 informou que havia quórum às quatorze horas e trinta minutos para início da reunião;
8 com a palavra, o Sr. Presidente, Paulo Leite Junior cumprimentou a todos e declarou
9 aberta a quadragésima quarta reunião extraordinária do Fundurb, passando a palavra à
10 Secretária Executiva; em sequência, a Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca registrou que a
11 reunião estava sendo gravada e transmitida ao vivo no canal do YouTube, com registros
12 realizados por voz e pelo chat; com a palavra, apresentou a pauta do dia, composta por
13 comunicações gerais, deliberação sobre demandas e solicitações ao Conselho Gestor e
14 apreciação da prestação de contas parciais do exercício de dois mil e vinte e cinco; em
15 seguida, no item comunicações gerais, informou que o material referente à ata da
16 trigésima segunda reunião extraordinária havia sido encaminhado para ciência, sem
17 recebimento de contribuições, restando, portanto, dada ciência; em sequência, tratou da
18 arrecadação mensal, informando que foram apresentados os valores referentes ao
19 período de janeiro a novembro do exercício, relativos exclusivamente à outorga
20 onerosa, principal fonte de receita do fundo; com a palavra, esclareceu ajuste técnico de
21 áudio e prosseguiu informando que a arrecadação acumulada até o momento totalizava
22 R\$ 1.392.215.900,53, conforme dados extraídos do sistema de orçamento e finanças na
23 data da reunião, registrando que os valores consideravam as deduções de outorga
24 eventualmente realizadas pela Secretaria da Fazenda. **3).** Em seguida, foi apresentado o
25 quadro resumo da arrecadação, registrando-se que o montante de aproximadamente R\$
26 1.300.000.000,00 configurava recorde histórico de arrecadação do Fundurb; em
27 sequência, foi informado que, considerando os valores de cota de solidariedade e
28 rendimentos, a receita total já alcançava R\$ 1.643.000.000,00, esclarecendo-se que os
29 valores foram apresentados de forma consolidada em razão da apreciação da prestação
30 de contas parciais, contemplando a demonstração da receita, bem como dos valores
31 aprovados e executados; com a palavra, foi questionado se havia considerações acerca
32 das comunicações gerais, e, não havendo manifestações imediatas, passou-se ao item
33 seguinte da pauta; em seguida, o Sr. José André de Araujo CMPU 2, manifestou-se
34 informando dificuldade de acesso ao material apresentado sobre a arrecadação e
35 solicitou esclarecimento quanto ao envio prévio das informações; em sequência, o
36 referido conselheiro solicitou formalmente que o material apresentado fosse
37 encaminhado aos membros do conselho, por se tratar de dados pertinentes e relevantes
38 para análise mais detalhada, especialmente diante do caráter recorde da arrecadação,
39 requerendo ainda que tal solicitação constasse em ata; com a palavra, a Sra. Talita Veiga
40 Cavallari Fonseca, Secretária Executiva, confirmou que o material poderia ser
41 encaminhado aos conselheiros, acolhendo o pedido formulado. **4).** Em seguida, passou-
42 se ao item dois da pauta, referente à deliberação sobre demandas e solicitações ao
43 Conselho Gestor, sendo informado que alguns eventos antecederam a reunião; em
44 sequência, registrou-se que, em treze de novembro, a SEHAB, em caráter de urgência,
45 solicitou alteração do Plano Anual de Aplicação de dois mil e vinte e cinco, com recursos



**FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO -
FUNDURB**

46 adicionais no valor de R\$ 55.000.000,00, conforme Informação SEHAB Mananciais
47 Obras nº 14.612.647, constante do Processo SEI nº 6014.2024/0004173-3, o que
48 elevaria o valor total da SEHAB no Fundurb para R\$ 875.000.000,00; em seguida, foi
49 informado que, em dezessete de novembro, a SMUL solicitou alteração do Plano Anual
50 de Aplicação de dois mil e vinte e cinco, reduzindo seu valor de R\$ 60.000.000,00 para
51 R\$ 45.000.000,00, gerando diferença de R\$ 15.000.000,00, e que a SMSUB também
52 solicitou alteração do plano, reduzindo seu valor de R\$ 200.000.000,00 para R\$
53 160.000.000,00, gerando diferença de R\$ 40.000.000,00; em sequência, registrou-se
54 que, em dezoito de novembro, considerando a redução dos valores da SMUL e da
55 SMSUB e o pedido adicional da SEHAB em caráter de urgência, as solicitações da
56 SMSUB e da SEHAB foram aprovadas ad referendum pela Presidência do Conselho
57 Gestor, conforme registros SEI nº 14.634.317-5, nº 14.634.208-8 e nº 14.634.445-3;
58 em seguida, esclareceu-se que, tendo em vista que o montante reduzido da SMUL e da
59 SMSUB correspondia exatamente ao valor adicional solicitado pela SEHAB, as
60 aprovações foram condicionadas à apresentação ao plenário para referendo, ficando
61 assim consolidado o Plano Anual de Aplicação de dois mil e vinte e cinco para as
62 referidas secretarias, com as reduções e o aumento mencionados; em sequência, foi
63 informado que seria apresentada a exposição da SMSUB, a fim de detalhar a alteração
64 do plano, ressaltando-se que não se tratava apenas de redução de valores, mas também
65 de outras modificações; com a palavra, a Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca passou a
66 palavra à representante da SMSUB, sendo esclarecido que a apresentação seria
67 realizada pela Sra. Carolina Ribeiro, SMSUB, com o material devidamente compartilhado
68 e visualizado pelos presentes. 5). Em seguida, com a palavra, a Sra. Carolina Ribeiro,
69 SMSUB, cumprimentou os presentes e apresentou a proposta de alteração do Plano de
70 Aplicação de dois mil e vinte e cinco, informando que o valor total aprovado para o
71 exercício era de R\$ 200.000.272,00 e o valor total proposto passou a ser de R\$
72 160.000.272,00, esclarecendo que a redução ocorreu em razão de os processos
73 licitatórios estarem em fase de finalização ao final do exercício, o que motivou o
74 remanejamento de recursos; em sequência, detalhou que, na ação de reforma e
75 acessibilidade de passeios públicos, o valor aprovado de R\$ 68.000.272,00 foi reduzido
76 para R\$ 10.000.817,00; com a palavra, informou que, na pavimentação e recapeamento
77 de vias MOBI, o valor aprovado de R\$ 10.000.000,00 foi ajustado para R\$
78 9.000.488,00; em seguida, quanto à pavimentação e recapeamento de vias Livre BP,
79 registrou-se que o valor aprovado de R\$ 70.000.000,00 foi alterado para R\$
80 82.000.566,00; em sequência, na pavimentação e recapeamento de vias no Livre, foi
81 indicado o valor proposto de R\$ 5.000.945,00; com a palavra, nas melhorias de bairro, o
82 valor aprovado de R\$ 32.000.000,00 foi ampliado para R\$ 38.000.805,00; em seguida,
83 na execução de obras de drenagem preventiva, o valor aprovado de R\$ 19.000.999,00
84 foi reduzido para R\$ 12.000.648,00; em sequência, registrou-se que, na execução de
85 obras de drenagem emergencial, não houve alteração de valor; com a palavra, iniciou o
86 detalhamento das intervenções, esclarecendo que a redução significativa nos recursos
87 destinados à reforma e acessibilidade de passeios públicos, de R\$ 68.000.000,00 para
88 R\$ 10.000.000,00, decorreu da homologação recente da licitação e da necessidade de
89 ajuste no cronograma, informando que o respectivo processo encontrava-se em fase de
90 contratação. 6). Em seguida, a Sra. Carolina Ribeiro, SMSUB, informou que, no
91 pavimento rígido, haviam sido aprovados na última reunião três endereços, restando
92 valor genérico de R\$ 5.000.956,00 para contratação de outros trechos, sendo incluídos
93 mais dois contratos, correspondentes às faixas dois e três do sentido Marginal do



**FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO -
FUNDURB**

94 Complexo Viário Maria Maluf e aos túneis Euclides de Jesus Zerbini e Takahara
95 Akagawa; em sequência, detalhou o pavimento rígido do Complexo Viário Maria Maluf,
96 faixas dois e três, sentido marginal, na Subprefeitura do Ipiranga, com valor proposto de
97 R\$ 1.000.655,00; com a palavra, apresentou o pavimento rígido dos túneis Euclides de
98 Jesus Zerbini e Takahara Akagawa, nas Subprefeituras do Butantã e Pinheiros, com
99 valor proposto de R\$ 1.000.435,00; em seguida, quanto à pavimentação de ruas em
100 paralelepípedo, registrou-se a distribuição de diversos endereços em onze contratos, em
101 várias Subprefeituras, no valor aproximado de R\$ 258.000,00 cada, informando-se que
102 as vias contempladas constavam nos slides subsequentes e que, em razão do grande
103 volume de informações, o detalhamento individual não seria apresentado oralmente,
104 tendo o material completo sido previamente encaminhado aos conselheiros. 7). Em
105 seguida, a Sra. Carolina Ribeiro, SMSUB, informou que, no recapeamento de vias, havia
106 valor aprovado de R\$ 50.000.000,00 para diversos endereços já definidos, solicitando-
107 se acréscimo de R\$ 30.000.000,00 para inclusão de novos endereços, esclarecendo que,
108 em razão do grande volume de vias contempladas, os slides seriam apenas exibidos, sem
109 detalhamento oral; em sequência, passou ao item melhorias de bairro, registrando que
110 os bosques urbanos se encontravam em primeira e segunda fases de habilitação técnica,
111 e que o pátio de compostagem da Lapa, localizado na Av; Alexandre Colares, no Jaraguá,
112 encontrava-se concluído, com valor inicial previsto para dois mil e vinte e cinco de R\$
113 292.000,00; com a palavra, tratou do projeto Espaço Motoboy Infraestrutura, cujo valor
114 inicial era de R\$ 2.000.000,00, sendo proposto o ajuste para R\$ 1.500.000,00, e do
115 Espaço Motoboy Implantação, com valor aprovado de R\$ 5.000.000,00 e valor proposto
116 de R\$ 5.500.000,00, informando que ambos se encontravam em execução; em seguida,
117 informou a inclusão de três novas obras no plano, detalhando, inicialmente, a
118 revitalização, modernização e pedestrialização do calçadão da Subprefeitura Santana-
119 Tucuruvi, na Rua Leite de Moraes, com valor proposto de R\$ 1.000.219,00; em
120 sequência, apresentou a requalificação de espaço público na Subprefeitura do Ipiranga,
121 na Av; dos Ourives, nº 785, com valor proposto de R\$ 4.000.000,00; com a palavra,
122 informou a execução de muro de arrimo e implantação de praça em espaço público
123 localizado na Rua Marcos Antônio, Vila Hermínia, Subprefeitura Freguesia-Brasilândia,
124 com valor proposto de R\$ 1.000.093,00; em seguida, passou às alterações relativas às
125 obras de drenagem preventiva, iniciando pelo Jardim de Chuva, cujo valor aprovado de
126 R\$ 2.000.699,00 foi ajustado para R\$ 2.000.509,00; em sequência, informou que a
127 drenagem da Rua Barão de Itaquí, na Praça Itaquí e Rua Iri, manteve o valor aprovado e
128 proposto inalterado; com a palavra, tratou da drenagem da Av; Paulo Gurgel, primeira
129 fase, cujo valor aprovado de R\$ 1.000.000,50 foi ajustado para R\$ 1.000.000,50; em
130 seguida, abordou a contratação de projetos de drenagem da bacia do entorno da Rua
131 Hanneman e Rua Tiers, cujo valor aprovado de R\$ 5.000.000,00 foi reduzido para R\$
132 1.000.000,00; em sequência, informou a inclusão de mais três obras de drenagem,
133 sendo a drenagem e pavimentação de passeios e muros de contenção na Subprefeitura
134 Santana-Tucuruvi, na Av; Dr; Antônio Maria de Laerte, com valor proposto de R\$
135 2.000.833,00, a drenagem da Rua Capitão Felisbino de Moraes, nº 175, na Subprefeitura
136 de Santo Amaro, com valor proposto de R\$ 2.000.792,00, e a contenção de talude na
137 Rua Pedro de Medeiros com a Rua Frei Damião, na Subprefeitura de São Mateus, com
138 valor proposto de R\$ 213.918,00, encerrando-se, assim, a apresentação da SMSUB. 8).
139 Em seguida, o conselheiro José André de Araujo (CMPU 2) solicitou a palavra e registrou
140 que, a seu ver, a apresentação realizada limitou-se à leitura descritiva dos itens
141 constantes do plano, sem a devida fundamentação técnica e justificativa dos pedidos de



alteração, o que dificultaria a análise qualificada pelo colegiado. Destacou que a reunião deveria servir justamente para explicitar as razões das mudanças propostas, especialmente diante da relevância dos temas tratados. Iniciou apontando preocupação com as reduções de recursos destinados às obras de drenagem, tanto preventiva quanto emergencial, solicitando esclarecimentos quanto às motivações dessas retiradas, sobretudo considerando a proximidade do período de chuvas e os riscos associados. Questionou, ainda, a redução significativa dos recursos destinados à reforma e acessibilidade de passeios públicos, requerendo explicações sobre os critérios adotados para tal ajuste. Em relação às obras de pavimentação em vias de paralelepípedo, observou que, conforme indicado nas imagens apresentadas, estaria sendo aplicada apenas manta asfáltica sobre a base existente, prática que, segundo relatou, resulta em manutenção recorrente, degradação estética e funcional das vias, além de não solucionar de forma definitiva os problemas estruturais. Citou, como exemplos, vias localizadas na região do Butantã, como a Rua Dr. Sílvio Dante Bertacchi, bem como a Avenida Doutor Antônio Maria Laerte, ressaltando que se tratam de locais que historicamente apresentam problemas, inclusive com riscos à segurança em períodos chuvosos. Ao final, reiterou a necessidade de maior detalhamento técnico e justificativas claras, especialmente nos temas de drenagem e acessibilidade, solicitando que os responsáveis técnicos se manifestassem para prestar os devidos esclarecimentos ao colegiado. 9. Em seguida, fez uso da palavra Fernando Elias Alves de Melo, representante da Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB), que prestou esclarecimentos quanto aos apontamentos realizados pelo conselheiro José André de Araújo, especialmente no que se refere às intervenções em passeios públicos e acessibilidade. Informou que o plano aprovado previa determinado volume de recursos para essas intervenções, contudo, durante o andamento do processo licitatório, realizado por meio de ata de registro de preços, surgiram questionamentos e impugnações ao procedimento, inclusive com apontamentos do Tribunal de Contas do Município (TCM), os quais demandaram ajustes para o aprimoramento do modelo de contratação. Esclareceu que o certame enfrentou períodos de análise, interposição de recursos por parte de empresas participantes e contestações relativas à habilitação, o que acabou por prolongar significativamente o processo licitatório. Destacou que a modelagem adotada prevê uma ata de registro de preços com atendimento às 32 subprefeituras, sendo estruturada em lotes distintos, com uma empresa responsável por cada subprefeitura, estratégia adotada para facilitar a execução descentralizada das intervenções. Em razão desse prolongamento e considerando o prazo exíguo para execução no exercício de 2025, avaliou-se a inviabilidade de executar integralmente o montante originalmente aprovado, motivo pelo qual se procedeu à redução do valor previsto no plano. Ressaltou, contudo, que os contratos encontram-se em fase final de homologação e assinatura, e que as intervenções terão continuidade no exercício seguinte. Acrescentou ainda que as obras de adequação de passeios públicos incidem, em grande parte, sobre rotas acessíveis localizadas em áreas comerciais, onde o período de final de ano apresenta intenso fluxo de pedestres, o que impõe cautela adicional para evitar prejuízos à circulação da população. Assim, concluiu que a redução proposta decorre de critérios técnicos, operacionais e de cronograma, sem prejuízo à execução futura das ações planejadas. 10). Em seguida, com a palavra o Conselheiro do CMPU, Sr. José Andre de Araújo, que fez uso da palavra para tratar de uma questão referente aos passeios públicos, relatando que tentou acessar o processo SEI nº 6012.2025/001298-0, contudo percebeu dificuldade no acesso, inclusive com solicitação de senha, o que,



**FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO -
FUNDURB**

segundo afirmou, dificulta a devida fiscalização e o conhecimento das informações; em sequência, questionou sobre os passeios localizados em vias de grande movimento, indagando se, nesses casos, a municipalidade seria restituída dos valores pelos comércios ou se se tratariam de calçadas, registrando que não havia compreendido integralmente a explicação apresentada anteriormente pelo Fernando Elias Alves de Melo; por fim, em continuidade, solicitou esclarecimentos acerca dos apontamentos do Tribunal de Contas do Município, indagando se todos já teriam sido aprovados e como se encontra a resposta da municipalidade, questionando ainda se, apesar de mencionados como pendentes de assinatura, o Tribunal de Contas já teria se pronunciado a respeito das correções e dos apontamentos apresentados. 11). Em sequência, com a palavra o representante da SMSUB, Fernando Elias Alves de Melo, que informou não ter compreendido a primeira indagação referente ao comércio; em seguida, com a palavra o Conselheiro do C MPU, Sr. José Andre de Araújo, que esclareceu tratar-se de passeios públicos localizados em vias comerciais de grande fluxo, destacando a preocupação mencionada anteriormente em razão do período natalino e eventual prejuízo ao comércio, indagando se tais vias seriam calçadas ou não; na continuidade, questionou ainda se, por se tratarem de passeios em vias, haveria algum tipo de ressarcimento, considerando que, como regra, a responsabilidade pelo passeio público é do proprietário do imóvel, ressalvadas as exceções previstas em lei e decreto, especialmente no âmbito da PEC; em seguida, com a palavra o representante da SMSUB, Fernando Elias Alves de Melo, que esclareceu que os passeios públicos inseridos na PEC, conforme Decreto, são efetivamente passeios públicos localizados em áreas comerciais utilizadas para circulação de pessoas que acessam o comércio e também equipamentos públicos, como postos de saúde, escolas e áreas de atividade esportiva, esclarecendo que essas vias de acesso foram incluídas na PEC; em sequência, explicou que as intervenções de requalificação são realizadas pelo Poder Público, ficando a manutenção posterior sob responsabilidade do proprietário do imóvel, com exceção dos casos em que se tratam de equipamentos públicos; acrescentou que, nos trechos em frente a imóveis particulares, as intervenções previstas no Decreto são executadas pelo Poder Público, mas a manutenção posterior cabe ao contribuinte, esclarecendo que não há previsão de ressarcimento; em seguida, destacou que há um cuidado para evitar impacto nas vendas de final de ano, informando que antes do início das obras há um processo inicial de tratativas, incluindo levantamento da área e verificação do projeto executivo de implantação, o que demanda tempo e, portanto, não comprometerá o comércio no período natalino; em continuidade, abordou a questão do Tribunal de Contas do Município, esclarecendo que, antes do início do processo licitatório, é realizada consulta ao TCM, que analisa a documentação e apresenta apontamentos para aprimoramento, citando como exemplo a sugestão de divisão dos lotes por subprefeitura para ampliar a participação das empresas e a divulgação, ressaltando que todos os apontamentos foram atendidos, não havendo restrições; em seguida, informou que a licitação foi realizada e publicada após o atendimento integral das exigências do TCM, encontrando-se concluída a fase licitatória, restando apenas a homologação dos contratos; na sequência, com a palavra o Conselheiro do C MPU, Sr. José Andre de Araújo, que afirmou não ter mais dúvidas quanto à questão das calçadas e do passeio público, registrando que conseguiu acessar o processo no SEI, mas manifestou preocupação com as obras de drenagem, especialmente quanto à retirada de recursos tanto da área preventiva quanto da emergencial, destacando que tal situação é preocupante diante do período do ano, sobretudo no que se refere às ações



preventivas e emergenciais de drenagem, questionando os motivos da eventual não utilização prévia desses recursos e reforçando a preocupação com a temática da drenagem. **12).** Em sequência, com a palavra o representante da SMSUB, Fernando Elias Alves de Melo, que esclareceu que, quanto às obras de intervenções de drenagem, a situação decorre dos processos de licitação em andamento; em seguida, explicou que, em razão dos prazos e das tratativas próprias do processo licitatório, a manutenção do recurso integralmente empenhado poderia interferir no prazo de execução, ressaltando que as intervenções não deixariam de ser realizadas, porém que, para o exercício em questão, não seria necessária a disponibilidade total do recurso previsto para as obras de drenagem; em continuidade, esclareceu que, no tocante às áreas de obras emergenciais, existem outras dotações orçamentárias destinadas a esse fim, destacando que o valor reservado para obras emergenciais de drenagem não foi alterado e permanece o mesmo; em seguida, afirmou que as adequações realizadas tiveram como objetivo não comprometer as intervenções previstas para atendimento das demandas da Cidade; em sequência, com a palavra o Conselheiro do CMPU, Sr. José André de Araújo, que questionou acerca das obras de pavimentação em ruas de paralelepípedo, observando tratar-se de obras pontuais e não de simples recapeamento; em réplica, com a palavra o representante da SMSUB, Sr. Fernando, que esclareceu que as intervenções em vias com pavimento de paralelepípedo decorrem, em muitos casos, de obras realizadas por concessionárias sem a devida recomposição do pavimento, o que gera deformações, depressões e empoçamentos de água, comprometendo a trafegabilidade; em seguida, explicou que, nessas intervenções, não há retirada da base do pavimento, sendo realizada fresagem da camada superior, remoção do material solto e aplicação de camada impermeabilizante, colante e selante, seguida da aplicação de duas camadas de pavimento asfáltico; em continuidade, ressaltou que tal procedimento melhora a qualidade da circulação, a resistência do pavimento e as condições de trânsito de veículos e pedestres, inclusive em faixas de travessia e sinalização horizontal; em sequência, destacou que o capeamento possibilita ainda a implantação de ciclovias em vias anteriormente pavimentadas com paralelepípedo, concluindo que não se trata de reparo pontual, mas de capeamento integral em toda a extensão da via; por fim, após questionado, o Conselheiro do CMPU, Sr. José André de Araújo, afirmou que o esclarecimento restou satisfatório e registrou que se manifestaria posteriormente no momento da votação. **13).** em sequência, com a palavra a Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, que informou o início da deliberação; em seguida, colocou em deliberação a minuta de Resolução SMUL/ATECC/FUNDURB nº 46, de 2025, considerando a Lei Municipal nº 16.050, o Decreto Municipal nº 57.547, a planilha descritiva e a apresentação da Secretaria, DOCs nº 14.630.649-5 e nº 14.630.659-4, encaminhadas no processo SEI nº 6012.2024/0021577-3, bem como a aprovação a de referendo da solicitação de alteração do Plano Anual de Aplicação 2025 da SMSUB, DOC nº 14.634.208-8; em continuidade, registrou que o plenário do Conselho Gestor do FUNDURB, em sua 44ª Reunião Ordinária, realizada em 27/11/2025, por maioria de votos, resolveu, em seu artigo primeiro, aprovar a alteração do Plano Anual de Aplicação para o exercício de 2025 da Secretaria Municipal das Subprefeituras, reduzindo o limite de R\$ 200.272.610,00 para R\$ 160.272.610,00, conforme Anexo I, e, em seu artigo segundo, revogar as disposições contrárias; em seguida, foram colhidas as manifestações de voto, registrando-se o voto de acordo do representante suplente da SMUL, Sr. Paulo Leite, da representante suplente da SMSUB, Sra. Cíntia Grecov, do representante suplente da SF, Sr. Fabiano Martins de Oliveira, da



**FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO -
FUNDURB**

representante suplente da SGM, Sra. Tarsila Amaral Fabre Godinho, e do representante suplente do Gabinete do Prefeito, Sr. Ricardo; em sequência, com a palavra o Conselheiro titular do CMPU, Sr. José André de Araújo, que proferiu voto contrário, solicitando que constasse justificativa em ata e no extrato, fundamentando-se no artigo segundo, inciso terceiro, da Lei Orgânica do Município, bem como no artigo 81 do mesmo diploma legal, afirmando que, a partir da apresentação realizada, verificam-se pontos que necessitam de maior detalhamento, especialmente a retirada de recursos referentes às obras de drenagem preventiva e emergencial; em continuidade, registrou que, quando questionado, o técnico Fernando Elias Alves de Melo apresentou justificativas relacionadas a problemas nos processos de licitação, o que, segundo o Conselheiro, demonstra falta de planejamento por parte da administração pública no cumprimento de seus deveres; em sequência, acrescentou que o mesmo entendimento se aplica às obras relacionadas aos passeios públicos, no âmbito do Programa Emergencial de Calçadas, ressaltando que problemas semelhantes já haviam sido apresentados em gestão anterior e não foram sanados em tempo hábil; por fim, declarou seu voto contrário à alteração proposta pelos motivos expostos; em seguida, a Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, agradeceu a manifestação do Conselheiro, registrou o voto e informou que a proposta foi aprovada por maioria de votos. **14).** Em seguida, com a palavra a Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, que informou o prosseguimento da reunião e a concessão da palavra à SMUL para apresentação, indicando o técnico e Assessor Chefe, Sr. Jacques Felipe Iatchuk Vieira; em sequência, com a palavra o representante da SMUL, Sr. Jacques Felipe Iatchuk Vieira, que cumprimentou os presentes e iniciou a apresentação referente ao pedido de revisão do plano de aplicação da SMUL no FUNDURB para o exercício de 2025, esclarecendo tratar-se exclusivamente de redução de valores; em continuidade, informou que a primeira redução refere-se ao Território Educador Brasilândia, cujo valor foi reduzido de R\$ 3.700.000,00 para R\$ 500.000,00, em razão do planejamento indicar que não será possível executar a totalidade da obra no corrente exercício; em seguida, relatou que também foram retirados os recursos de R\$ 100.000,00 previstos para outros oito Territórios Educadores, uma vez que não haverá execução das obras neste momento; na sequência, informou a redução integral dos valores destinados às intervenções nas Ruas Santa Ifigênia, São Caetano, Florêncio de Abreu e Paula Souza, no âmbito do Programa Ruas Temáticas, conduzido pela São Paulo Urbanismo, bem como a redução do valor de R\$ 3.000.000,00 para zero referente à requalificação da Avenida Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, nas proximidades do Hospital das Clínicas; em continuidade, esclareceu que as alterações decorrem do fato de não ser possível executar a totalidade dos recursos previstos para o ano de 2025, explicando que, embora estivesse planejado iniciar e executar quase integralmente as obras das Ruas Santa Ifigênia, Florêncio de Abreu e Paula Souza, os processos licitatórios se estenderam além do previsto em razão de apontamentos de aprimoramento técnico e jurídico realizados pela São Paulo Urbanismo, envolvendo ajustes nos termos de referência e no edital, o que resultou na republicação da licitação; em seguida, informou que os resultados das licitações já foram homologados e que a expectativa é de assinatura dos contratos no dia seguinte, destacando que houve uma licitação específica para a Rua Santa Ifigênia e outra conjunta para as Ruas Florêncio de Abreu e Paula Souza; em sequência, esclareceu que o atraso desses certames impactou outras licitações já planejadas, como a do Território Educador Brasilândia, optando-se por postergar sua execução para evitar sobreposição de obras e prejuízo à capacidade de



planejamento, execução e acompanhamento da São Paulo Urbanismo; em continuidade, afirmou que, diante dos impactos decorrentes dos processos licitatórios das três vias mencionadas, que representam parcela significativa do plano, foi solicitado o ajuste com redução total de R\$ 15.000.000,00; em seguida, apresentou o acumulado agregado dos valores de 2023 e 2025 inseridos no plano da SMUL, esclarecendo que os recursos remanescentes de 2023 estão vinculados exclusivamente aos objetos do VLT, referentes à requalificação urbanística do Centro de São Paulo e da Avenida Marquês de São Vicente; por fim, informou que, com o ajuste agregado, o montante total passa de R\$ 78.800.000,00 para R\$ 63.800.000,00, considerando a retirada dos R\$ 15.000.000,00 previstos para 2025, agradecendo aos presentes pela atenção.15). Em seguida, com a palavra o Conselheiro do CMPU, Sr. José André de Araújo, que cumprimentou a todos, em especial o técnico responsável pela apresentação, Sr. Jacques Felipe Iatchuk Vieira, e solicitou esclarecimentos adicionais, mencionando questionamentos anteriormente realizados pelo Conselheiro da Macrorregião Leste 2 acerca do Território Educador Lajeado; em sequência, afirmou que, na apresentação, foram mencionados de forma breve problemas relacionados aos processos licitatórios e solicitou detalhamento específico sobre tais ocorrências, destacando a dificuldade histórica para a obtenção desses recursos, citando como exemplo o Território Educador Brasilândia, cujo valor foi reduzido para R\$ 500.000,00, bem como os demais territórios cujos recursos foram integralmente retirados; em continuidade, solicitou esclarecimentos mais aprofundados acerca das obras de qualificação das vias mencionadas nos programas apresentados, questionando quais foram exatamente os problemas enfrentados, se decorreram de apontamentos técnicos, jurídicos ou de recursos interpostos por empresas participantes das licitações, ressaltando que a menção genérica a “problemas” não permite a devida compreensão, uma vez que tais problemas podem ter naturezas diversas; em seguida, registrou confiança na qualificação técnica e jurídica da Secretaria, mas enfatizou a necessidade de melhor compreensão para fins de transparência e garantia do acesso à informação aos munícipes que acompanham a reunião pela rede mundial de computadores ou que assistirão posteriormente às gravações; em sequência, solicitou ainda que fosse informado o momento de início de cada processo licitatório, destacando que atrasos na instauração dos certames podem acarretar dificuldades na execução, observando que a reunião ocorre no final do mês de novembro e que a alteração proposta resultou em valores zerados em diversas ações, o que considera motivo de preocupação; por fim, requereu que fossem especificados, de forma individualizada, os problemas ocorridos em cada licitação, a fim de assegurar a publicidade e a transparência exigidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei nº 14.133, que rege os processos licitatórios. 16). Em seguida, com a palavra o representante da SMUL, Sr. Jacques Felipe Iatchuk Vieira, que iniciou esclarecendo que abordaria primeiramente a questão dos Territórios Educadores e, posteriormente, a questão específica das Ruas Temáticas; em sequência, esclareceu que existem ao todo dez Territórios Educadores com projetos já elaborados, ressaltando que o desafio consiste na capacidade de execução do conjunto de obras; em continuidade, informou que foi iniciado no corrente ano o Território Educador Cidade Tiradentes, cuja entrega está prevista para os próximos dias, destacando que o planejamento da SMUL foi estruturado para execução sequencial desse conjunto de obras; em seguida, explicou que os Territórios Educadores foram incluídos no conjunto de ações vinculadas à Meta 52 do Programa de Metas do Prefeito, voltada à requalificação de espaços públicos; em sequência, esclareceu que questões relacionadas



**FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO -
FUNDURB**

382 a processos licitatórios de outras obras impactaram a capacidade de iniciar a licitação do
383 Território Educador Brasilândia, razão pela qual o valor foi reduzido para R\$ 500.000,00,
384 mantendo-se o objeto, por se entender que esse montante ainda possibilita alguma
385 execução no período; em continuidade, informou que os demais Territórios Educadores
386 ficaram programados para a sequência dos próximos exercícios, destacando que já há
387 previsão de inclusão de outro território no próximo ano; em seguida, relatou que, na
388 semana anterior, realizou reunião com a Secretária Municipal de Urbanismo e
389 Licenciamento, Sra. Elisabete França, e com o Presidente da São Paulo Urbanismo, Sr.
390 Pedro Fernandes, com o objetivo de ampliar a quantidade de Territórios Educadores no
391 próximo exercício, mediante ajustes entre a SMUL e a São Paulo Urbanismo; em
392 sequência, esclareceu que a SMUL não possui competência para contratar obras
393 diretamente, sendo necessário o alinhamento e a condução dos processos pela São
394 Paulo Urbanismo, razão pela qual os encaminhamentos são realizados por intermédio
395 daquela empresa; em continuidade, afirmou que está em curso o planejamento de
396 aprimoramento desse fluxo a partir do próximo ano, com o objetivo de ampliar a
397 capacidade de execução e abarcar maior número de obras; por fim, ressaltou que, no
398 tocante aos Territórios Educadores, a diretriz é dar continuidade às execuções e garantir
399 sua contemplação nos próximos anos, inclusive ao longo do período do Programa de
400 Metas vigente até 2028. 17). Em seguida, com a palavra o representante da SMUL, Sr.
401 Jacques Felipe Iatchuk Vieira, que passou a detalhar especificamente as licitações das
402 Ruas Temáticas; em sequência, informou que, conforme publicação no Diário Oficial, a
403 licitação das Ruas Florêncio de Abreu e Paula Souza, respectivamente conhecidas como
404 Rua das Ferramentas e Rua das Cozinhas, foi aberta em 19/09, com sessão realizada em
405 13/10, tendo transcorrido todo o processo recursal posteriormente, seguido da
406 homologação dos resultados, encontrando-se, no momento, na fase final para assinatura
407 do contrato, com expectativa de assinatura no dia seguinte, conforme alinhamento
408 realizado com a São Paulo Urbanismo; em continuidade, esclareceu que, no caso da Rua
409 Santa Ifigênia, Fase 2, considerando que a Fase 1 já havia sido executada no exercício
410 anterior, o recebimento das propostas teve início em 25/09, com abertura dos
411 resultados em 16/10, ocasião em que também houve análise técnica, interposição de
412 recursos, devidamente sanados, culminando com a homologação, estando igualmente
413 prevista a assinatura do contrato no dia seguinte para a execução das obras; em
414 seguida, esclareceu que os problemas mencionados nos processos licitatórios referem-
415 se a apontamentos realizados conjuntamente pelo corpo técnico e jurídico da São Paulo
416 Urbanismo, os quais identificaram a necessidade de ajustes e maior detalhamento de
417 determinados elementos das intervenções previstas nas vias, com o objetivo de
418 aprimorar a qualidade do produto final a ser entregue; em sequência, informou que tais
419 apontamentos demandaram esclarecimentos pontuais e especificações mais detalhadas
420 de alguns itens do projeto, visando garantir melhor resultado das obras; em
421 continuidade, ressaltou que não acompanhou de forma minuciosa cada ajuste técnico
422 realizado, mas que não há impedimento para o resgate dessas informações e o
423 fornecimento posterior de esclarecimentos detalhados sobre cada alteração efetuada
424 entre a primeira e a segunda publicação das licitações, finalizando sua manifestação ao
425 afirmar que, de modo geral, esses foram os esclarecimentos referentes aos processos
426 licitatórios apresentados. 18). em seguida, com a palavra a Secretária Executiva, Sra.
427 Talita Veiga Cavallari Fonseca, que colocou em deliberação a minuta de Resolução
428 SMUL/ATECC/FUNDURB nº 47, de 2025, considerando a Lei Municipal nº 16.050, o
429 Decreto Municipal nº 57.547, a planilha descritiva e a apresentação da Secretaria, DOCs



**FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO -
FUNDURB**

430 nº 14.605.593-3 e nº 14.605.596-9, encaminhadas no processo SEI nº
431 6068.2024/0009507-2, bem como a aprovação ad referendum da solicitação de
432 alteração do Plano Anual de Aplicação 2025 da SMUL, DOC nº 14.634.317-5; em
433 sequência, registrou que o plenário do Conselho Gestor do FUNDURB, em sua 44ª
434 Reunião Ordinária, realizada em 27/11/2025, por maioria de votos, resolveu, em seu
435 artigo primeiro, aprovar a alteração do Plano Anual de Aplicação para o exercício de
436 2025 da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, reduzindo o limite de R\$
437 60.000.000,00 para R\$ 45.000.000,00, conforme Anexo I, e, em seu artigo segundo,
438 revogar as disposições contrárias; em seguida, foram colhidos os votos, registrando-se o
439 voto de acordo do representante suplente da SMUL, Sr. Paulo Leite, da representante
440 suplente da SMSUB, Sra. Cíntia, Greco do representante suplente da SF, Sr. Fabiano
441 Martins de Oliveira, da representante suplente da SGM, Sra. Tarsila Amaral Fabre
442 Godinho, e do representante suplente do Gabinete do Prefeito, Sr. Ricardo Figueiredo
443 Veiga; em sequência, com a palavra o Conselheiro titular do C MPU, Sr. José André de
444 Araújo, que manifestou voto contrário, com a devida justificativa a ser registrada em ata.
445 **19).** Em sequência, com a palavra o Conselheiro do C MPU, Sr. José Andre de Araújo,
446 que, levando em consideração os argumentos apresentados pela equipe da Prefeitura,
447 afirmou que se chega à conclusão de que houve diversas falhas nos processos de
448 licitação por parte da empresa responsável, ressaltando, contudo, que cabe à
449 Administração Direta a fiscalização dos atos praticados pela Administração Indireta,
450 especialmente no controle de finalidade; em seguida, destacou que diversos
451 investimentos aprovados por este colegiado, como o Território Educador Brasilândia,
452 além de outros projetos em diferentes distritos da Capital, não obtiveram êxito no
453 exercício de 2025, tendo inclusive seus valores reduzidos a zero, citando como
454 exemplos os Territórios Educadores Iguatemi, Capão Redondo, Jardim Ângela, Pedreira,
455 Lajeado, Grajaú, São Rafael e Itaim Paulista; em continuidade, afirmou que, a partir das
456 explicações apresentadas sobre os problemas nas licitações, verifica-se tratar de falhas
457 sistêmicas que se perpetuaram ao longo do ano de 2025, ressaltando que, em pleno
458 final do mês de novembro, foi apresentada proposta de redução de quase vinte e cinco
459 por cento dos recursos da Secretaria proponente; em seguida, ressaltou ainda a redução
460 de investimentos em diversas obras relevantes, como nas intervenções da Rua São
461 Caetano e na requalificação da Avenida Dr. Enéas Carvalho Aguiar, apontando que se
462 tratam de obras já aprovadas por este colegiado e que mereceriam execução; em
463 sequência, afirmou que, diante da falta de execução e, sobretudo, da ausência de
464 planejamento adequado por parte da Secretaria, apresenta seu voto de forma contrária,
465 com o objetivo de que haja maior atenção ao planejamento, à fiscalização do andamento
466 e ao conteúdo dos editais de licitação, a fim de garantir que os investimentos aprovados
467 por este colegiado sejam efetivamente executados em prazo hábil; por fim, registrou
468 seu agradecimento e reiterou seu voto contrário nos termos expostos. **20).** Em seguida,
469 com a palavra a Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, que informou
470 que o voto contrário do Conselheiro foi devidamente registrado e declarou a proposta
471 aprovada por maioria de votos. **21).** Em sequência, com a palavra o representante dos
472 Mananciais, **SEHAB:** Josias de Castro Machado Neto; Caio Vinicius da Silva Cordeiro ,
473 que informou a solicitação de acréscimo de recursos no valor de R\$ 4.000.000,00 para a
474 execução das obras do Lote 1, referente à Viela da Paz, contemplando a execução de
475 unidades habitacionais e obras de infraestrutura; em seguida, esclareceu que, no Lote 2,
476 foi solicitada a suplementação de R\$ 5.000.000,00 para a execução de obras de
477 infraestrutura, incluindo canalização e unidades habitacionais; em continuidade,



**FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO -
FUNDURB**

informou que, no Lote 3, estão sendo executadas unidades operacionais, obras de urbanização, infraestrutura e outras intervenções correlatas, com previsão de R\$ 9.000.000,00; em sequência, relatou que, no Lote 4, estão previstas a execução de unidades habitacionais do Novo Brasil, a canalização do Parque São José e a conclusão das obras do Alto da Alegria, com recursos estimados em R\$ 6.000.000,00; em seguida, esclareceu que, no Lote 5, permanecem as obras na região do Guaicuri, com execução de unidades habitacionais, bem como intervenções no Morro dos Macacos, área classificada como de risco, que demanda acompanhamento contínuo, com previsão de R\$ 1.500.000,00; em continuidade, informou que, no Lote 6, estão sendo realizadas obras de infraestrutura na região da Av. Belmira Marin, com a conclusão de drenagem nesse trecho e a execução de unidades habitacionais no Novo Brasil; em sequência, registrou que, no Lote 7, estão previstas execuções de unidades habitacionais no Novo Brasil, com aporte de R\$ 12.000.000,00, esclarecendo que parte desse recurso será destinada ao pagamento de serviços executados no mês de setembro; em seguida, informou que, no Lote 8, estão previstas execuções de unidades habitacionais no Novo Brasil, além de obras de drenagem de grande porte, esgotamento sanitário e intervenções na região do Colega Calvino, com previsão de R\$ 5.500.000,00; por fim, esclareceu que, do montante total de R\$ 55.000.000,00, a distribuição dos recursos foi realizada conforme os valores mencionados e colocou-se à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais. 22). Em sequência, com a palavra o Conselheiro do CMPU, Sr. José André de Araújo, que cumprimentou o representante dos Mananciais, **SEHAB:** Josias de Castro Machado Neto; Caio Vinicius da Silva Cordeiro, e passou a realizar considerações e questionamentos, solicitando esclarecimentos acerca das informações apresentadas; em seguida, referiu-se inicialmente ao Lote 2, tratando das obras de infraestrutura, esclarecendo que a indagação se estende também aos demais lotes, questionando quem foi o responsável pela elaboração dos projetos básico e executivo, ponderando que, inexistindo alterações de caráter extraordinário, tais intervenções já deveriam estar previstas nos referidos projetos, especialmente no projeto executivo; em continuidade, destacou que, embora exista a possibilidade de licitação integrada, na qual o contratado elabora os projetos, solicitou esclarecimentos mais detalhados sobre essa definição; em sequência, abordou especificamente o Lote 8, ressaltando que este contempla diversos distritos, abrangendo desde Parelheiros até o Grajaú, citando como exemplos Vargem Grande, no distrito de Parelheiros, e João Cabanas, no Grajaú, ressaltando a ampla diversidade territorial e a necessidade de detalhamento das localidades atendidas; em seguida, afirmou que, em razão da grande extensão dos lotes, o detalhamento das áreas de intervenção facilitaria a fiscalização, mencionando regiões como Jardim Porã, próximo a Varginha, e Jardim São Norberto, destacando que se tratam de áreas distintas; em continuidade, manifestou preocupação com a variação dos valores, apontando acréscimos que chegam a cerca de dez por cento, e, em alguns casos, próximos a quinze por cento; em sequência, solicitou esclarecimentos específicos quanto ao Lote 7, mencionando que já existem obras em andamento há algum tempo, e questionando se as intervenções na região da Av. Belmira Marin, nas proximidades do Bola Branca, referem-se a obras de drenagem; por fim, solicitou que fossem especificadas com maior clareza as localidades e os distritos contemplados por cada lote, ressaltando que há lotes que abrangem mais de vinte bairros distintos, o que demanda maior detalhamento para fins de acompanhamento e fiscalização. 23). Em sequência, com a palavra o representante dos Mananciais, **SEHAB:** Josias de Castro Machado Neto; Caio Vinicius da Silva Cordeiro, que esclareceu que buscou ser sucinto



**FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO -
FUNDURB**

inicialmente para possibilitar a abertura aos questionamentos, explicando que, quando da realização das licitações, os contratos foram organizados por lotes, sendo os Lotes 1 a 4 localizados na região da Guarapiranga e os Lotes 5 a 8 na região da Billings; em continuidade, esclareceu que o Lote 8 está inserido na área da Billings e que, embora haja obras próximas à região de Vargem Grande, as unidades habitacionais do Novo Brasil encontram-se mais distantes, ressaltando que essa área não estava originalmente prevista nos contratos, tendo sido viabilizada a partir de terreno cedido pela Secretaria do Verde para possibilitar a construção de unidades habitacionais destinadas ao atendimento das famílias removidas em razão das obras de urbanização, canalização, drenagem e intervenções em áreas de risco; em sequência, com a palavra o Conselheiro do CPMU, Sr. José Andre de Araújo, que esclareceu o motivo do pedido de maior detalhamento, mencionando a recente emissão de licenciamento ambiental para regularização fundiária e destacando a relevância do empreendimento João Cabanas, considerado um dos maiores projetos habitacionais da Pasta, com estimativa entre 3.500 e 3.800 unidades, ressaltando tratar-se de obra de grande porte, com elevada cobrança da comunidade local, especialmente quanto à infraestrutura, inclusive na região do Bola Branca; em continuidade, com a palavra o representante dos Mananciais, **SEHAB:** Josias de Castro Machado Neto; Caio Vinicius da Silva Cordeiro, que explicou que, na região da Av. Belmira Marin, área conhecida como Bola Branca, foi iniciado projeto de drenagem com o objetivo de mitigar alagamentos recorrentes no período de chuvas, esclarecendo que, durante as sondagens, foram identificadas quatro redes de água da SABESP, o que demandou o remanejamento dessas redes para viabilizar a implantação da nova tubulação de drenagem; em seguida, detalhou que uma das redes já foi remanejada, restando ainda duas redes a serem deslocadas e uma quarta a ser implantada como rede de reserva, a pedido da SABESP, ressaltando que se trata de operação complexa e demorada, envolvendo intervenções que demandam entre vinte e quatro e trinta horas, com necessidade de desvios de trânsito, mobilização de equipamentos e atuação conjunta com a SABESP, SPTrans e CET; em sequência, informou que houve adiamento recente de uma dessas etapas por solicitação da SABESP, em razão de atendimento emergencial em outro local, ressaltando que não é possível executar a drenagem sem considerar a existência de adutoras responsáveis pelo abastecimento de cerca de dois milhões de famílias na região; em continuidade, com a palavra o Conselheiro do CPMU, Sr. José André de Araújo, que questionou se há projetos de reassentamento para as famílias residentes em assentamentos precários na região do Bola Branca, especialmente aquelas localizadas próximas à represa; em réplica, com a palavra o representante dos Mananciais, **SEHAB:** Josias de Castro Machado Neto; Caio Vinicius da Silva Cordeiro, que informou que, há cerca de seis meses, foi realizada ação do Programa Regula Partes na região, com remoção de famílias situadas em área de preservação do manancial, esclarecendo que as demais famílias foram cadastradas para atendimento habitacional, seja por meio de indenização, aluguel social ou aluguel social com posterior acesso à moradia definitiva, afirmando que todas as famílias inseridas no perímetro de intervenção serão removidas e devidamente atendidas; por fim, com a palavra o Conselheiro do CPMU, Sr. José Andre de Araújo, que agradeceu os esclarecimentos prestados, desejou boa tarde ao representante e registrou votos de bom trabalho. 24). Em seguida, com a palavra a Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, que colocou em deliberação a minuta de Resolução SMUL/ATECC/FUNDURB nº 048/2025, considerando a Lei Municipal nº 16.050, o Decreto Municipal nº 57.547, a planilha descritiva e a apresentação da Secretaria, DOCs



**FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO -
FUNDURB**

574 nº 14.612.618-0 e nº 14.612.636-6, encaminhadas no processo SEI nº
575 6014.2024/0004173-3; em sequência, registrou a aprovação ad referendum da
576 solicitação de alteração do Plano Anual de Aplicação 2025 da Secretaria Municipal de
577 Habitação - SEHAB, DOC nº 14.634.445-3, informando que o plenário do Conselho
578 Gestor do FUNDURB, em sua 44ª Reunião Ordinária, realizada em 27/11/2025, por
579 unanimidade de votos, resolveu, em seu artigo primeiro, aprovar a alteração do Plano
580 Anual de Aplicação para o exercício de 2025 da Secretaria Municipal de Habitação,
581 aumentando o seu limite de R\$ 820.000.000,00 para R\$ 875.935.578,40, conforme
582 consta no Anexo I, e, em seu artigo segundo, revogar as disposições contrárias; em
583 seguida, foram colhidas as manifestações de voto, registrando-se o voto de acordo do
584 representante suplente da SMUL, Sr. Paulo Leite, da representante suplente da SMSUB,
585 Sra. Cíntia Grecov, do representante suplente da SF, Sr. Fabiano Martins de Oliveira, da
586 representante suplente da SGM, Sra. Tarsila Amaral Fabre Godinho, do representante
587 suplente do Gabinete do Prefeito, Sr. Ricardo Figueiredo Veiga, e o voto favorável do
588 Conselheiro titular do C MPU, Sr. José Andre de Araújo; por fim, a Secretária Executiva,
589 Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, declarou a proposta aprovada por unanimidade de
590 votos. 25). Em sequência, com a palavra a Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga
591 Cavallari Fonseca, que informou que, após a conclusão das aprovações realizadas ad
592 referendum e devidamente referendadas na presente reunião, passaria a apresentar o
593 histórico de eventos ocorridos antes das próximas solicitações de alteração do plano de
594 aplicação; em seguida, esclareceu que, considerando os dados já apresentados e que
595 posteriormente seriam encaminhados, houve recorde de arrecadação, especialmente em
596 relação à outorga, bem como ao desempenho do exercício como um todo, informando
597 que a Secretaria Municipal da Fazenda, por meio da Assessoria Econômica, encaminhou
598 nova atualização da previsão de receitas do FUNDURB para o exercício de 2025; em
599 continuidade, registrou que foram referendados os documentos constantes do processo
600 SEI nº 6068.2024/0004979-8, apresentando a divisão das destinações, sendo
601 Habitação com percentual mínimo de 40%, Mobilidade com percentual mínimo de 30%
602 e Recursos Livres, correspondentes aos valores não vinculados; em sequência, informou
603 que a revisão da receita totalizou o montante de R\$ 1.791.485.325,10, esclarecendo
604 que esses valores já consideram a desvinculação permitida, anteriormente limitada a até
605 30% e, atualmente, ampliada para até 50%, ressaltando que a previsão apresentada já
606 contempla apenas os valores passíveis de execução; em continuidade, esclareceu que os
607 valores anteriormente aprovados totalizavam R\$ 1.631.467.000,00 e que a
608 apresentação foi realizada sem considerar cancelamento de restos a pagar, a fim de
609 demonstrar com clareza que a destinação tem como base a arrecadação do exercício
610 corrente, uma vez que os restos a pagar referem-se a exercícios anteriores e não
611 integram essa proporção; em seguida, destacou que, no caso da Habitação, já há valor
612 aprovado superior ao mínimo de 40%, totalizando aproximadamente R\$
613 847.000.000,00, o que representa uma diferença positiva de cerca de R\$
614 190.000.000,00; em sequência, informou que, quanto à Mobilidade, a previsão
615 necessária é de aproximadamente R\$ 492.000.000,00, havendo R\$ 442.000.000,00 já
616 aprovados, resultando em uma diferença de cerca de R\$ 50.000.744,00 a ser destinada;
617 em continuidade, esclareceu que, considerando a diferença entre a previsão de receita
618 revisada de R\$ 1.791.000.000,00 e o montante já aprovado de R\$ 1.631.000.000,00,
619 tem-se um valor adicional de aproximadamente R\$ 160.000.000,00 a ser destinado,
620 ressaltando que, uma vez atendidas as exigências mínimas de Habitação e Mobilidade, o
621 valor remanescente poderá ser integralmente alocado como recurso livre. 26). em



622 sequência, com a palavra o Conselheiro do CMPU, Sr. José Andre de Araújo, que
623 indagou se poderia realizar sua manifestação, registrando, inicialmente, que considera
624 importante retomar discussão ocorrida em reunião realizada, salvo engano, nos meses
625 de abril ou maio, ocasião em que a Presidência esteve presente, no sentido de definir
626 conceitualmente a questão da periferia, ressaltando tratar-se de tema relevante para o
627 colegiado; em continuidade, sugeriu que fosse apresentada aos Conselheiros a evolução
628 da arrecadação da outorga onerosa, com o objetivo de verificar se a tendência de
629 crescimento permanece, destacando que tal informação contribuiria para a
630 compreensão da dinâmica da cidade e para o planejamento das Secretarias,
631 especialmente no que se refere à programação e proposição de alterações do plano de
632 investimentos para o exercício de 2026; em sequência, observou que, caso a curva de
633 crescimento da outorga onerosa se mantenha, há a possibilidade de existência de restos
634 a pagar referentes ao mês de dezembro, questionando se os dados apresentados
635 contemplariam arrecadação até o mês de outubro; em réplica, com a palavra a
636 Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, que esclareceu que a
637 arrecadação apresentada corresponde ao período até 27 de novembro, ressaltando que
638 o fechamento definitivo do mês de novembro ocorre apenas em meados de dezembro,
639 em razão de defasagem natural do sistema, o que explica eventuais diferenças nos
640 valores; em continuidade, com a palavra o Conselheiro do CMPU, Sr. José Andre de
641 Araújo, que reiterou a importância da apresentação da curva de crescimento da outorga
642 onerosa aos Conselheiros, destacando que tal informação auxiliaria no planejamento
643 futuro e na compreensão da arrecadação municipal; em seguida, retomou a questão dos
644 bairros periféricos; em réplica, com a palavra a Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga
645 Cavallari Fonseca, que informou que, na reunião anterior, houve explicação,
646 possivelmente realizada pelo representante da SMSUB, Sr. Fernando, acerca do tema,
647 esclarecendo que ainda não houve posicionamento definitivo quanto à regulamentação
648 mencionada, inclusive sobre eventual decreto, registrando que a informação permanece
649 pendente; em continuidade, esclareceu que a apresentação da arrecadação de 2025
650 teve justamente o objetivo de demonstrar o recorde de arrecadação da outorga
651 onerosa, ressaltando que existe histórico consolidado desses dados e que será avaliada
652 outra forma de apresentação da curva de crescimento da outorga, comprometendo-se a
653 verificar a possibilidade de disponibilização dessas informações ao colegiado. 27). em
654 sequência, com a palavra o Conselheiro do CMPU, Sr. José Andre de Araújo, que
655 agradeceu a atenção e reforçou que considera a informação sobre a curva de
656 crescimento da outorga onerosa extremamente relevante, especialmente no contexto
657 da tramitação da votação do orçamento de 2025 na Câmara Municipal, destacando a
658 importância desse dado para subsidiar o debate e o planejamento, ressaltando que a
659 Secretária Executiva compreende o alcance da observação; em seguida, com a palavra a
660 Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, que confirmou o entendimento
661 da colocação apresentada e agradeceu a manifestação do Conselheiro. 28). Em
662 sequência, com a palavra a Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, que,
663 considerando a previsão de aumento da arrecadação, informou que a SMT apresentou a
664 disponibilização de R\$ 25.000.000,00 referentes a recursos remanescentes de
665 mobilidade do exercício de 2023, originalmente aprovados para a ação de implantação e
666 construção de corredores de ônibus, esclarecendo que a não execução desses valores
667 no exercício decorreu da paralisação de obras, conforme apontado pela SPTrans; em
668 continuidade, registrou que a SMC disponibilizou R\$ 8.485.257,93 em recursos livres do
669 exercício de 2025, em razão do atraso na execução de parte dos cronogramas de obras



**FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO -
FUNDURB**

670 vinculadas ao respectivo plano de aplicação, destacando que tais atrasos decorrem,
671 sobretudo, de entraves administrativos relacionados aos procedimentos licitatórios e às
672 exigências burocráticas inerentes à contratação de obras públicas, conforme consta no
673 respectivo processo SEI; em seguida, esclareceu que, diante da previsão de aumento da
674 arrecadação e da disponibilização desses recursos, formou-se o quadro de valores a
675 serem destinados, deliberados e eventualmente aprovados pelo Conselho Gestor,
676 discriminando R\$ 25.000.000,00 de mobilidade 2023 disponibilizados pela SMT, R\$
677 50.744.000,00 de mobilidade 2025 oriundos do aumento de receita, R\$
678 109.000.000,00 de recursos livres provenientes do aumento de receita e R\$
679 8.400.000,00 de recursos livres disponibilizados pela Cultura, totalizando
680 aproximadamente R\$ 193.500.000,00, dos quais R\$ 117.000.000,00 correspondem a
681 recursos livres; em continuidade, informou que foi realizada a distribuição desses
682 valores entre as Secretarias que apresentariam propostas de alteração de plano,
683 esclarecendo que a SIURB apresentaria proposta com acréscimo de R\$ 25.000.000,00
684 referentes à mobilidade 2023 e mais R\$ 50.000.000,00 referentes à mobilidade 2025,
685 que a SEME receberia R\$ 4.000.000,00 de recursos livres, que a SEHAB, por meio da
686 COHAB, receberia R\$ 40.000.000,00 de recursos livres, que a SEHAB Obras receberia
687 R\$ 64.000.000,00 de recursos livres e que a SEHAB Mananciais receberia R\$
688 9.757.000,00 de recursos livres, esclarecendo que esse valor seria apresentado de
689 forma somada àquele já deliberado anteriormente; em sequência, registrou que,
690 somados os R\$ 55.000.000,00 deliberados ad referendum para Mananciais aos R\$
691 9.700.000,00 ora apresentados, atinge-se o montante total demonstrado na coluna de
692 recursos disponíveis; em continuidade, esclareceu que, para fins de clareza, os valores
693 apresentados como aprovados para 2025 já consideram as deliberações realizadas ao
694 longo da reunião, evitando divergências nos totais, destacando que o valor de R\$
695 160.000.000,00 da SMSUB e o valor de R\$ 875.000.000,00 da SEHAB já refletem as
696 deliberações realizadas, inclusive com a incorporação dos recursos destinados aos
697 Mananciais; por fim, informou que as próximas deliberações envolveriam os valores
698 adicionais de R\$ 113.000.000,00, compreendendo os acréscimos de R\$ 4.000.000,00
699 para a SEME, R\$ 50.000.000,00 para a SIURB em 2025 e a proposta da Cultura de
700 redução de aproximadamente R\$ 8.000.000,00, registrando ainda que a SVMA não
701 apresentou alteração e que a SMUL já havia apresentado sua redução no início da
702 reunião. 29). Em sequência, com a palavra a Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga
703 Cavallari Fonseca, que informou que, antes da apresentação da SEHAB, seria necessária
704 a deliberação quanto à inclusão de pauta, uma vez que o material não foi encaminhado
705 com a antecedência mínima regimental, tendo sido recebido inicialmente apenas o
706 conteúdo referente aos R\$ 55.000.000,00 dos Mananciais, com o restante
707 encaminhado posteriormente; em seguida, esclareceu a necessidade de deliberação
708 específica para inclusão da solicitação de alteração do plano da SEHAB; em
709 continuidade, colocou em deliberação a proposta de inclusão da pauta, colhendo as
710 manifestações dos representantes, registrando o voto de acordo do representante
711 suplente da SMUL, Sr. Paulo Leite, da representante suplente da SMSUB, Sra. Cíntia
712 Grecov, do representante suplente da SF, Sr. Fabiano Martins de Oliveira, da
713 representante suplente da SGM, Sra. Tarsila Amaral Fabre Godinho, e do representante
714 suplente do Gabinete do Prefeito, Sr. Ricardo Figueiredo Veiga; em sequência, com a
715 palavra o Conselheiro do CMPU, Sr. José Andre de Araújo, que manifestou voto
716 favorável à inclusão, solicitando que sua justificativa constasse em ata e no extrato,
717 fundamentando-se no Regimento Interno e nas normas pertinentes ao Conselho,



**FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO -
FUNDURB**

718 registrando profunda contrariedade quanto aos atrasos recorrentes no envio de
719 documentos para análise desta comissão; em continuidade, ressaltou que, apesar da
720 contrariedade e do desrespeito sistemático aos prazos amplamente conhecidos por
721 todos, aceita de forma extraordinária a inclusão dos documentos apresentados, em
722 razão da relevância e da imprescindibilidade da pauta relacionada à habitação; por fim,
723 registrou seu agradecimento, reiterando a contrariedade quanto ao descumprimento
724 dos prazos estabelecidos. 30). em sequência, a Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga
725 Cavallari Fonseca, agradeceu a manifestação do Conselheiro José Andre de Araújo e
726 registrou que a proposta de inclusão de pauta foi aprovada por unanimidade pelos
727 membros presentes do Conselho Gestor. 31). Em seguida a Sra. Talita Veiga Cavallari
728 Fonseca, Secretária Executiva, passou a palavra ao Caio Vinicius da Silva Cordeiro,
729 Representante da SEHAB, para apresentação institucional, com a palavra o Caio Vinicius
730 da Silva Cordeiro cumprimentou a todos e, em seguida agradeceu aos Conselheiros pela
731 oportunidade e esclareceu o atraso ocorrido em razão do envolvimento conjunto da
732 SEHAB, área de mananciais e COHAB, bem como pelo aporte de recursos ocorrido em
733 última hora, o que demandou alinhamento interno quanto às obras que receberiam os
734 valores, justificando o atraso, em sequência informou que a apresentação tratava do
735 plano de 2025 atualizado com superávit de 313.000.000, destacando adições e
736 subtrações realizadas, esclarecendo que seriam apresentados os novos itens, em
737 seguida explicou que houve remanejamentos em razão da redução de ritmo de algumas
738 obras, destacando o WPA ainda em fase de licitação, encaminhado à PGM para consulta
739 jurídica, com redução exemplificada no item 4.000.679, em sequência apontou
740 reduções em projetos e posteriormente a inclusão de valores adicionais, somados a
741 9.000.000 de mananciais, esclarecendo que o montante de 168 já contemplava 55
742 deliberados, informando que a proposta totalizava 989.000.651, incluindo novas áreas
743 que seriam detalhadas, com a palavra passou à descrição das solicitações, iniciando pela
744 revitalização de conjunto no ZAC Narchi, beneficiando 700 famílias com reforma
745 completa de telhado e esgoto, solicitando 13.000.311 para novembro e dezembro
746 visando a finalização do exercício, em sequência apresentou outra revitalização de
747 conjunto com solicitação de 1.000.000, obra com 86% de execução, beneficiando 960
748 famílias no Conjunto Chácara Bela Vista, em seguida apresentou o Parque das Flores, na
749 Zona Leste, em São Mateus, caracterizado como grande obra de urbanização com
750 contenções de encostas, canalização de córregos e movimentação de terra,
751 beneficiando cerca de 6.000 famílias, com solicitação de 16.000.000 para
752 complementação de pagamentos de novembro e dezembro, em sequência apresentou o
753 Jardim da Paz, em Perus, beneficiando 1.000 famílias, com obras de pavimentação,
754 drenagem, infraestrutura geral e urbanização completa, solicitando 1.000.100 para
755 pagamento das medições de novembro e dezembro, destacando o perímetro da área
756 com 49% de execução e proximidade ao Rodoanel, em seguida apresentou a obra
757 Alfredo Ávila, na Zona Norte, com urbanização, contenção de encostas e drenagem,
758 com 76% de avanço físico, solicitando 13.000.311 para pagamento das medições de
759 novembro e dezembro, em sequência apresentou dois empreendimentos da COHAB no
760 programa Pode Entrar, referentes à aquisição de unidades habitacionais aguardando
761 recursos para contratação e início das obras, totalizando 860 unidades no Capão
762 Redondo, esclarecendo que no programa as unidades são adquiridas com terreno e
763 infraestrutura completa, com solicitação de 36.000.000, em seguida apresentou o
764 Residencial Madrid, com 87 unidades e solicitação de 3.000.586, esclarecendo que o
765 valor não correspondia ao total do empreendimento, uma vez que o programa opera por



**FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO -
FUNDURB**

semestralidade, com liberação conforme avanço físico e ateste da Caixa Econômica Federal e da própria COHAB, em sequência concluiu a apresentação reforçando que os remanejamentos decorreram das medições e do ritmo diferenciado das obras, inexistindo prejuízo aos empreendimentos, encerrando assim a apresentação da SEHAB. 32). Com a palavra o Sr. José André de Araujo, Conselheiro do C MPU, cumprimentou o expositor e passou a questionar a ausência, na apresentação realizada, de informações relativas à regularização fundiária, destacando que, salvo engano, já houve prejuízo significativo na proposta de investimento de 2006, quando foram destinados aproximadamente 2.000 BRL ao tema, em seguida observou que, ao longo do planejamento para 2025, a regularização fundiária tem sido tratada de forma secundária, com poucos recursos destinados, considerando o elevado número de pessoas residentes em assentamentos precários que necessitam da regularização de suas moradias, além das obras de urbanização, em sequência ressaltou que, embora tenha deixado claro que nem todas as situações apresentadas se enquadram nesse cenário, grande parte das ações de urbanização demonstradas estariam voltadas prioritariamente à provisão habitacional, manifestando preocupação e estranhamento pela não visualização do tema da regularização fundiária nos slides apresentados, especialmente diante do caráter intempestivo do envio dos documentos, em seguida questionou sobre o prestígio orçamentário destinado à regularização fundiária, solicitando esclarecimentos quanto à existência ou não de investimentos previstos para essa finalidade e se sua percepção estaria correta, concluindo ao afirmar que identificou apenas menções muito breves ao tema durante a apresentação. 33). Com a palavra o Sr. Caio Vinicius da Silva Cordeiro, Representante da SEHAB, iniciou os esclarecimentos dirigindo-se ao Sr. José André e explicou que a regularização fundiária, no âmbito interno da SEHAB, possui setor específico com técnicos, porém sem execução direta de obras, esclarecendo que a execução de obras relacionadas à regularização fundiária, urbanização ou construção é realizada pelo setor de obras da SEHAB, em sequência afirmou que todas as obras apresentadas, inclusive as de revitalização de conjuntos e urbanização de favelas, são demandadas internamente pelo CRF, porém não aparecem com a nomenclatura específica de regularização fundiária, uma vez que a responsabilidade da execução é da área de obras, em seguida esclareceu que a regularização fundiária propriamente dita envolve contratos de gerenciamento, voltados ao cadastro das famílias, elaboração de títulos e procedimentos cartorários, destacando que, em razão da limitação prevista para gerenciamento no âmbito do FUNDURB, tais contratos não se enquadram como investimento, razão pela qual não são contemplados nesse orçamento, em sequência ressaltou que a regularização fundiária vem sendo executada com recursos de outras fontes, como o FMSAI e o Tesouro Municipal, citando como exemplo a recente entrega de títulos no Jabaquara, área da Cidade Azul, no dia anterior, em seguida apontou que a dificuldade apresentada decorre, em parte, de uma questão de nomenclatura, mencionando obras em Paraisópolis, com canalização de esgoto, que após a execução possibilitarão a regularização fundiária, assim como ocorreu em outras áreas, ao final indagou se os esclarecimentos teriam sido compreendidos, em réplica o Sr. José André solicitou correção quanto à menção ao percentual de 10%, esclarecendo que a legislação estabelece o mínimo de 10% de investimento e não um teto, ressaltando que, se possível, o percentual poderia ser superior, enfatizando a necessidade de aprimorar a redação normativa para evitar interpretações equivocadas, destacando que seriam 30% para provisão habitacional e no mínimo 10% para regularização fundiária, em sequência observou que, por vezes,



**FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO -
FUNDURB**

ações classificadas como urbanização acabam sendo associadas à provisão habitacional, citando como exemplo o empreendimento João Cabanas, maior da Zona Sul, que na prática representa uma fase de urbanização de assentamento precário visando à regularização fundiária, mencionou ainda que parte das obras de urbanização também é executada pelas Subprefeituras, registrando a necessidade de ampliar os investimentos em regularização fundiária para atender a população marginalizada, com a palavra o Sr. Caio Vinicius da Silva Cordeiro, Representante da SEHAB, esclareceu que sua referência aos 10% dizia respeito ao limite aplicado aos contratos de gerenciamento no CRF e não ao percentual mínimo legal, reforçando que atualmente o CRF executa apenas contratos de gerenciamento, enquanto as obras são realizadas pela CFT, citando como exemplo a revitalização do Conjunto Zacki Narchi, com 700 famílias beneficiadas por obras de adequação para atendimento ao AVCB, possibilitando dignidade às famílias e posterior titulação, esclarecendo que após a conclusão das obras o CRF ingressa com o gerenciamento para efetivar a regularização fundiária, em sequência o Sr. José André esclareceu que o Zacki Narchi se trata de conjunto habitacional já entregue, registrando que as famílias foram mantidas por longo período em situação irregular, acreditando estarem em condição regular, quando na realidade não estavam, afirmando que houve indução ao erro, situação observada também em outros conjuntos da CDHU e da COHAB, agradecendo ao final. **34).** Com a palavra a Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, Secretária Executiva, colocou em deliberação a minuta de resolução SMUL/ATECC/FUNDURB nº 49 de 2025, considerando a Lei Municipal nº 16.050, o Decreto Municipal nº 57.547, a planilha descritiva e a apresentação da Secretaria Municipal de Habitação constantes nos documentos nº 14.652.588-8 e nº 14.652.591-2, juntados ao processo nº 6014.2024/0004173-3, submetida ao Plenário do Conselho Gestor do FUNDURB na 44ª Reunião Ordinária, realizada em 27 de novembro, que por votos favoráveis resolveu, em sequência, no Art. 1º aprovar a alteração do Plano Anual de Aplicação para o exercício de 2025 da Secretaria Municipal de Habitação, aumentando seu limite de R\$ 875.893.578,40 para R\$ 989.651.454,28, conforme Anexo I, e no Art. 2º revogar as disposições contrárias, em seguida foram colhidos os votos, SMUL, Suplente Sr. Paulo Leite, de acordo, SMSUB, Suplente Sra. Cíntia Grecov, de acordo, SF, Suplente Sr. Fabiano Martins de Oliveira, de acordo, SGM, Suplente Sra. Tarsila Amaral Fabre Godinho, , de acordo, Gabinete do Prefeito, Suplente Sr. Ricardo Figueiredo Veiga, de acordo, CPMU 2, Titular Sr. José André de Araújo, favorável com declaração de voto em ata e no extrato, em sequência o Sr. José André de Araújo, declarou que, tendo em vista os números apresentados pela Secretaria Municipal de Habitação, permanece evidente o baixo investimento na área de regularização fundiária, conforme esclarecimentos prestados pelo técnico Caio Vinicius da Silva Cordeiro, ressaltando que a regularização realizada no Singapura Zacki Narchi visa corrigir erros do passado e é louvável, porém trata-se de falhas que induziram ao engano dezenas ou até centenas de famílias que ali residem, as quais acreditavam ter adquirido suas unidades habitacionais de forma regular por intermédio da COHAB, com auxílio da Prefeitura Municipal de São Paulo, registrando que ao longo do tempo os investimentos em regularização fundiária não acompanharam a demanda, não garantindo moradia digna a centenas de milhares de paulistanos, encerrando sua manifestação, em seguida a Presidência agradeceu a declaração de voto e proclamou o resultado, registrando que a proposta foi aprovada por unanimidade de votos. **35).** em sequência a Sra. Talita Veiga anunciou a próxima apresentação pela SEME e passou a palavra ao Sr. Tiago Rosa Machado, Representante da SEME, que cumprimentou a Presidência, os Conselheiros,



técnicos e autoridades presentes, em seguida verificou a possibilidade de projeção dos slides e, confirmada a visualização, passou a expor que a apresentação tinha por objetivo explicar de forma sucinta o pedido de alteração do plano, em razão de atrasos em algumas obras decorrentes de ocorrências não previstas no planejamento inicial, bem como pela necessidade de executar a maior margem possível dos recursos disponibilizados pelo Conselho Gestor do FUNDURB, em sequência informou que estavam sendo propostas alterações pontuais e um pedido de suplementação para uma obra destinada a abrigar mais um polo da Rede Olímpica, em seguida apresentou a planilha síntese com todos os recursos, destacando os pedidos de remanejamento e suplementação, esclarecendo que três obras teriam redução de recursos, sendo elas Bate Fácil, Jardim Lapena e Estádio da Aclimação, cujos valores seriam realocados para o objeto Thomas Amazoni, inclusive com pedido de suplementação, em sequência explicou que no objeto Bate Fácil a redução se dava em função do calendário de execução, com redução de 410.000, mantendo-se ainda 90.000 alocados ao objeto, em seguida apresentou os dados e imagens do Bate Fácil, posteriormente esclareceu que o objeto Jardim Lapena teria seus recursos excluídos em razão da impossibilidade de empenhamento e pagamento no exercício corrente, uma vez que o certame licitatório estava programado apenas para dezembro, não havendo tempo hábil para execução financeira, ficando o objeto para o exercício seguinte, em sequência apresentou imagens do local, em seguida informou que no Estádio da Aclimação, Jaque Marinho, haveria retirada de recursos por se tratar de obra já concluída, inclusive com entrega oficial programada para a data, caracterizando-se como recurso excedente, registrando que ainda faltava apenas a última medição, em sequência esclareceu que os recursos seriam destinados ao Thomas Amazoni, polo da Rede Olímpica com previsão de entrega no próximo ano, cuja obra se encontrava em estágio avançado de finalização, apresentando imagens do local, ao final devolveu a palavra à Presidência e submeteu a proposta à apreciação do Conselho Gestor do FUNDURB. 36). Com a palavra o Sr. José André de Araújo, Conselheiro CMPU 2, referiu-se à apresentação realizada e passou a questionar a redução de recursos, especialmente em relação ao equipamento Bate Fácil, localizado na região da Vila Nhocuné, área que qualificou como bastante sofrida, em sequência indagou quais foram os problemas concretos que justificaram a retirada dos valores previstos, questionando se a motivação estaria relacionada ao processo licitatório, conforme havia compreendido da exposição do Sr. Tiago, mencionando que o objeto estaria licitado e aguardando recursos, em seguida registrou que, a seu ver, constariam referências temporais divergentes, fazendo menção a 2023, e destacou que frequenta a região, observando o equipamento em estado precário, com mato alto e evidente necessidade de investimentos, por fim reiterou o questionamento acerca das razões específicas da redução orçamentária e dos problemas ocorridos no processo licitatório que motivaram tal decisão. 37). Com a palavra o Representante da SEME esclareceu ao Sr. José André que a questão relativa ao Bate Fácil demandava apuração técnica específica junto à área responsável pelas obras, razão pela qual não dispunha da informação de imediato, comprometendo-se a buscar os esclarecimentos e repassá-los posteriormente, por e-mail ou outro meio de contato de preferência do Conselheiro, ressaltando que sua atuação se dava no âmbito técnico do gabinete e não diretamente na execução de obras, em sequência o Sr. José André questionou se a mesma situação se aplicava ao Jardim Lapena, ao que o expositor respondeu que, neste caso, possuía maiores informações, explicando que o objeto integrava o programa de Urbanismo Social, cujo acompanhamento realizou mais de perto, esclarecendo que houve atraso no



processo licitatório em razão da necessidade de republicação do edital, motivada por revisão de cálculo de engenharia, o que provocou o adiamento do cronograma, avaliando-se que não haveria tempo hábil para empenhamento dos recursos no exercício corrente, destacou, contudo, que se trata de objeto priorizado pelo Sr. Secretário de Esportes, com expectativa de execução no exercício seguinte, inclusive com eventual utilização de recursos do Tesouro da Pasta, caso não seja possível a utilização de recursos do FUNDURB, em sequência o Sr. José André observou que o cronograma apresentado indicava início das obras em dezembro de 2025, apontando desatualização da informação, ao que o Sr. Tiago Rosa Machado esclareceu que a perspectiva inicial era de início em 2025, considerando a abertura da licitação na segunda quinzena de dezembro e a eventual assinatura do contrato ainda no mesmo exercício, ponderando, entretanto, que a execução física da obra possivelmente ficaria para o exercício seguinte, ao final o Sr. José André agradeceu os esclarecimentos e a disposição para posterior retorno. **38).** Em sequência a Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, Secretária Executiva, agradeceu as manifestações e solicitou ao Sr. Tiago Rosa Machado que, posteriormente, encaminhasse os esclarecimentos por e-mail ao FUNDURB para que fossem repassados a todos os Conselheiros, em seguida o Sr. José André de Araújo registrou, de forma crítica, que promessas anteriores de envio de vídeos e documentos não haviam sido cumpridas até o momento, manifestando, contudo, expectativa de que desta vez a informação seria encaminhada, pedindo desculpas pela interrupção, com a palavra o Sr. Tiago Rosa Machado, Representante da SEME, esclareceu que a reunião estava sendo gravada e reafirmou o compromisso institucional da SEME em realizar o levantamento das informações solicitadas e repassá-las aos Conselheiros, registrando o prazo até a semana seguinte para o envio, em sequência a Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, agradeceu ao expositor e informou o encaminhamento do processo para a fase de deliberação. **39).** Em sequência foi colocada em deliberação a minuta de resolução SMUL/ATECC/FUNDURB nº 050/2025, considerando a Lei Municipal nº 16.050, considerando o Decreto Municipal nº 57.547, considerando a planilha descritiva e a apresentação da Secretaria constantes nos documentos nº 14.631.654-4 e nº 14.631.658-6, encaminhados no processo nº 6019.2024/0003320-7, submetida ao Plenário do Conselho Gestor do FUNDURB na 44ª Reunião Ordinária, realizada em 27/11/2025, que por votos deliberou, em sequência, no Art. 1º aprovar a alteração do Plano Anual de Aplicação para o exercício de 2025 da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, aumentando seu limite de 30.086.560,93 BRL para 34.086.560,93 BRL, conforme consta no Anexo I, e no Art. 2º revogar as disposições contrárias, em seguida procedeu-se à coleta dos votos, SMUL, Suplente Sr. Paulo Leite, de acordo, SMSUB, Suplente Sra. Cíntia Grecov, de acordo, SF, Suplente Sr. Fabiano Martins de Oliveira, de acordo, SGM, Suplente Sra. Tarsila Amaral Fabre Godinho, , de acordo, Gabinete do Prefeito, Suplente Sr. Ricardo Figueiredo Veiga, de acordo, CMPU 2, Titular Sr. José André de Araújo,, voto contrário com declaração de voto, em sequência o Sr. José André declarou que, diante dos pedidos apresentados pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, e considerando os esclarecimentos prestados pelo técnico responsável, restaram evidenciados problemas na administração das obras, com admissão de falhas no processo licitatório que não foram devidamente explicadas, ressaltando que os equipamentos esportivos não podem permanecer abandonados, sem data definida para recebimento dos recursos necessários, impedindo que a população local usufrua desses espaços, destacando que muitos equipamentos se encontram em estado de abandono, afirmando que tais obras e



**FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO -
FUNDURB**

recursos deveriam ter sido tratados como prioridade pela Pasta, sobretudo diante das
recorrentes reclamações acerca do baixo investimento destinado ao esporte no
Município de São Paulo, registrando assim seu voto contrário, em sequência a
Presidência agradeceu a manifestação e proclamou o resultado, registrando que a
proposta foi aprovada por maioria de votos. 40). Em sequência a Sra. Talita Veiga
Cavallari Fonseca, anunciou a apresentação da Secretaria Municipal de Transportes e
cumprimentou os representantes, passando a palavra ao Sr. João Bonett Neto, que
cumprimentou a Presidência e solicitou apoio para projeção da apresentação,
assumindo em seguida a condução da exposição, esclarecendo que a proposta
submetida à avaliação do Conselho consistia na disponibilização ao FUNDURB do valor
de 25.000.000, referente ao MOBI 23, recurso disponibilizado em meados do exercício
e que não seria possível executar até o final do ano, informando que o montante estava
originalmente destinado à ação orçamentária 1.099, voltada à implantação de
corredores de ônibus, em sequência explicou que o valor estava vinculado
especificamente ao Corredor Celso Garcia, obra considerada prioritária e que vinha
sendo executada ao longo do exercício, porém durante as escavações foram
identificados trilhos antigos de bondes, o que exigiu paralisação da obra para avaliação
pelo IPHAN, em sequência relatou que a questão foi tratada junto ao IPHAN, com
elaboração de plano de trabalho específico, contudo a incorporação desse plano
demandou ajustes contratuais que não puderam ser implementados no contrato
vigente, ocasionando atraso no cronograma e paralisação da obra, informando que a
área técnica avalia a possibilidade de rescisão do contrato atual e realização de nova
licitação para contemplar o novo escopo, em sequência esclareceu que, em razão desse
cenário, não há expectativa de execução dos 25.000.000 ainda no exercício corrente,
registrando que aproximadamente 4.000.000 já haviam sido executados e detalhados
posteriormente na prestação de contas, permanecendo o saldo integral inviável de
execução, razão pela qual a Secretaria optou por disponibilizar novamente o recurso ao
FUNDURB para nova destinação, ressaltando que a obra do Corredor Celso Garcia
encontra-se atualmente com cerca de 24% de execução e deverá ser retomada assim
que superados os entraves contratuais, ao final colocou-se à disposição para
esclarecimentos e agradeceu, sendo em seguida agradecido pela Presidência. 41). Com a
palavra o Sr. José André de Araújo, Conselheiro C MPU 2, solicitou ao Sr. João Bonett
Neto, representante da SMT, esclarecimentos mais específicos sobre a situação
relatada, observando que o problema mencionado já havia sido discutido em reuniões
anteriores e estaria relacionado à intervenção do Instituto do Patrimônio Histórico e
Artístico Nacional (IPHAN), possivelmente na região da Penha, pedindo confirmação ou
correção, em seguida questionou sobre os ajustes contratuais mencionados, lembrando
que a legislação permite aditamento até determinados limites, solicitando detalhes
precisos sobre a natureza do problema, o impacto na obra, a necessidade ou não de
nova licitação, eventuais alterações de projeto, e o prazo estimado para resolução,
destacando a relevância de informações claras para que a população e interessados que
acompanham a reunião possam compreender os motivos do atraso e os transtornos
causados, especialmente considerando os impactos na Zona Leste e a seriedade dos
problemas enfrentados no corredor. 42). Em sequência o Sr. João, representante da
SMT, respondeu ao Sr. José André esclarecendo que o corredor em questão refere-se
ao trecho inicial, localizado na Subprefeitura da Mooca, e detalhou que atualmente
busca-se um ajuste contratual junto à empresa responsável, por meio de aditivo,
visando incorporar o plano de trabalho sugerido pelo IPHAN, explicando que, caso esse



**FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO -
FUNDURB**

ajuste não seja possível, será necessária a realização de nova licitação para condução da obra com todos os requisitos previstos, porém sem necessidade de novo projeto, pois o plano de trabalho já contempla o projeto existente, em seguida o Sr. José André questionou sobre a impossibilidade de remanejamento de recursos para outras obras conduzidas pela Pasta, considerando os percentuais mínimos de investimento previstos na Lei Municipal nº 16.050/2014, ao que a Sra. Talita Veiga explicou que o valor reduzido da SMT está sendo remanejado para a SIURB, no plano de 2023, para obras que estão em andamento e aptas a executar os recursos, mantendo o equilíbrio dos percentuais de aplicação, esclarecendo que a transferência ocorre entre MOB para MOB, ou seja, entre obras de transporte coletivo, incluindo corredores, ciclovias e vias estruturais, destacando que não há MOB voltado a transporte individual, enfatizando que a questão dos corredores e terminais de ônibus será detalhada na apresentação subsequente da SIURB. 43). Em sequência a Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, Secretária Executiva, encaminhou a deliberação da minuta de resolução SMUL/ATECC/FUNDURB nº 51/2025, considerando a Lei Municipal nº 16.050, o Decreto Municipal nº 57.547, a planilha descritiva e a apresentação da Secretaria constantes nos documentos nº 14.630.983-6 e nº 14.630.992-8, enviados no processo nº 6020.2024/0058722-4, submetida ao Plenário do Conselho Gestor do FUNDURB na 44ª Reunião Ordinária, realizada em 27/11/2025, que por votos deliberou, em sequência, no Art. 1º aprovar a alteração do Plano Anual de Aplicação de recursos remanescentes de 2023 da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte, reduzindo o limite de 75.000.000 BRL para 50.000.000 BRL, conforme consta no Anexo I, e no Art. 2º revogar as disposições contrárias, em seguida procedeu-se à coleta de votos, SMUL, Suplente Sr. Paulo Leite, de acordo, SMSUB, Suplente Sra. Cíntia Grecov, de acordo, SF, Suplente Sr. Fabiano Martins de Oliveira, de acordo, SGM, Suplente Sra. Tarsila Amaral Fabre Godinho, , de acordo, Gabinete do Prefeito, Suplente Sr. Ricardo Figueiredo Veiga, de acordo, CPMU 2, Titular Sr. José André de Araújo, voto contrário com declaração de voto na ata e no extrato, em sequência o Sr. José André justificou seu voto contrário, considerando que, diante das explicações prestadas pelo técnico responsável da pasta, havia total indecisão quanto aos rumos a serem tomados na condução das obras do Corredor Celso Garcia, observando que ao ser inquirido sobre os procedimentos relativos à licitação e aditamento não houve resposta clara quanto ao cronograma a ser aplicado diante das exigências do órgão federal responsável pela proteção do patrimônio artístico e histórico, IPHAN, registrando assim seu voto contrário aos procedimentos adotados pela Secretaria, sendo em seguida agradecido pela Presidência e registrado que a proposta foi aprovada por maioria de votos. 44). em sequência a Sra. Talita Veiga explicou que a apresentação seguinte seria da SIURB, responsável por detalhar a proposta de alteração do valor adicional referente à previsão de aumento da arrecadação, incluindo os 50.000.000 inicialmente destinados à MOB e os 25.000.000 reduzidos da SMT em 2023, passando a palavra ao Sr. Clayton Carlos do Carmo, representante da SIURB, que cumprimentou a todos e solicitou apoio para projeção da apresentação, em seguida iniciou a exposição explicando que a proposta consistia na alteração do plano de investimento de 2025, com incremento de recursos destinados à MOB, garantindo o cumprimento do percentual mínimo de 30%, destacando que a distribuição dos recursos também respondia a pressões orçamentárias, permitindo continuidade adequada na execução dos contratos e obras, em sequência detalhou que os 25.000.000 remanescentes de 2023, disponibilizados pela própria SMT, seriam utilizados em intervenções no sistema viário, incluindo



**FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO -
FUNDURB**

corredores e faixas exclusivas de ônibus, abrangendo as ligações Pirituba-Lapa, Ponte Graúna, Gaivotas e Avenida Senador Teotônio Vilela, bem como a construção da nova Ponte de Urubatuba, esclarecendo que, somados os 25.000.000 remanescentes de 2023 com os 50.000.000 de 2025 já aprovados, haveria um total de 125.000.000 destinado à execução dessas intervenções e melhoria da mobilidade urbana. 45). Em sequência a Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, Secretária Executiva, explicou que a apresentação seguinte seria da SIURB, responsável por detalhar a proposta de alteração do valor adicional referente à previsão de aumento da arrecadação, incluindo os 50.000.000 inicialmente destinados à MOB e os 25.000.000 reduzidos da SMT em 2023, passando a palavra ao Sr. Clayton Carlos do Carmo, representante da SIURB, que cumprimentou a todos e solicitou apoio para projeção da apresentação, em seguida iniciou a exposição explicando que a proposta consistia na alteração do plano de investimento de 2025, com incremento de recursos destinados à MOB, garantindo o cumprimento do percentual mínimo de 30%, destacando que a distribuição dos recursos também respondia a pressões orçamentárias, permitindo continuidade adequada na execução dos contratos e obras, em sequência detalhou que os 25.000.000 remanescentes de 2023, disponibilizados pela própria SMT, seriam utilizados em intervenções no sistema viário, incluindo corredores e faixas exclusivas de ônibus, abrangendo as ligações Pirituba-Lapa, Ponte Graúna, Gaivotas e Avenida Senador Teotônio Vilela, bem como a construção da nova Ponte de Urubatuba, esclarecendo que, somados os 25.000.000 remanescentes de 2023 com os 50.000.000 de 2025 já aprovados, haveria um total de 125.000.000 destinado à execução dessas intervenções e melhoria da mobilidade urbana. 46). Em sequência o Sr. Clayton Carlos do Carmo, representante da SIURB, esclareceu que, além das intervenções em mobilidade, o plano contempla o programa de recuperação e reforço de obras de arte especiais, com objetos já aprovados, destacando a elevada pressão na alocação desses recursos, informou que o incremento de 45.000.700 de 2025 seria destinado a esses objetos, elevando os valores de 32.000.300 para 78.000.000 no exercício, resultando no montante total de 468.000.200 no plano de 2025, enfatizando que toda a destinação refere-se a objetos já em andamento, sem inclusão de novos projetos, com o objetivo de garantir o bom andamento das obras e contratos, encerrando a exposição e colocando-se à disposição para esclarecimentos. 47). Em sequência o Sr. José André questionou o Sr. Clayton Carlos do Carmo, representante da SIURB, sobre os critérios utilizados para a destinação dos recursos, considerando que outras obras de mobilidade, como implantação de corredores de ônibus e construção de terminais, poderiam atender de forma mais ampla a demanda do transporte coletivo, mencionando ainda obras relacionadas a drenagem e estudos geológicos, com relevância para a mobilidade, em seguida o Sr. Clayton explicou que a gestão dos recursos é realizada com base no cronograma das obras em andamento e na boa gestão das prioridades definidas, buscando aplicar os recursos onde há maior possibilidade de execução rápida e eficiente, considerando fatores como desapropriações, aquisição de materiais, projetos executivos e licenças ambientais, esclarecendo que a distribuição prioriza frentes de obras que podem ser efetivamente executadas dentro dos prazos previstos, garantindo maior celeridade na entrega à população, enfatizando que não se trata de privilégio de determinados objetos, mas de gestão estratégica para assegurar o andamento adequado dos contratos e a entrega das obras no menor tempo possível. 48). Em sequência foi colocada em deliberação a minuta de resolução SMUL/ATECC/FUNDURB nº 52/2025, considerando a Lei Municipal nº 16.050, o Decreto Municipal nº 57.547, a planilha



**FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO -
FUNDURB**

1102 descritiva e a apresentação da Secretaria constantes nos documentos nº 14.640.371-1
1103 e nº 14.640.407-9, encaminhados no processo nº 6020.2024/0058722-4, submetida ao
1104 Plenário do Conselho Gestor do FUNDURB na 44ª Reunião Ordinária, realizada em
1105 27/11/2025, que por votos deliberou, em sequência, no Art. 1º aprovar a alteração do
1106 Plano Anual de Aplicação para o exercício de 2025 da Secretaria Municipal de
1107 Infraestrutura Urbana em Obras, aumentando seu limite de 330.272.610 BRL para
1108 381.017.563,75 BRL, conforme Anexo I, e no Art. 2º aprovar a alteração do Plano Anual
1109 de Aplicação de recursos remanescentes de 2023 da mesma Secretaria, aumentando o
1110 limite de 62.200.000 BRL para 87.200.000 BRL, conforme Anexo II, e no Art. 3º revogar
1111 as disposições contrárias, em seguida procedeu-se à coleta de votos, SMUL, Suplente
1112 Sr. Paulo Leite, de acordo, SMSUB, Suplente Sra. Cíntia Grecov, de acordo, SF, Suplente
1113 Sr. Fabiano Martins de Oliveira, de acordo, SGM, Suplente Sra. Tarsila Amaral Fabre
1114 Godinho, , de acordo, Gabinete do Prefeito, Suplente Sr. Ricardo Figueiredo Veiga, de
1115 acordo, CMPU 2, Titular Sr. José André de Araújo,, voto contrário com justificativa na
1116 ata e no extrato, em sequência o Sr. José André explicou que, no plano de investimento
1117 aprovado por este colegiado, havia priorização de recursos para o Corredor Celso Garcia
1118 no transporte coletivo, e que a alteração apresentada destinava o total dos recursos ao
1119 transporte individual, modificando a proposta inicial quanto ao mérito e finalidade,
1120 destacando que a Secretaria proponente possui diversas obras em corredores e
1121 terminais de ônibus, mas nenhum centavo dos recursos foi destinado a essas obras,
1122 motivo pelo qual apresentou voto contrário à modificação solicitada, sendo em seguida
1123 registrado que a proposta foi aprovada por maioria de votos. **49).** em sequência a Sra.
1124 Talita Veiga Cavallari Fonseca, Secretária Executiva, informou que a próxima
1125 apresentação seria da Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa, com a
1126 palavra para a Sra. Karine Stephanie Alves, que cumprimentou a todos e solicitou a
1127 projeção da apresentação, iniciando a exposição das alterações no plano, destacando
1128 duas inclusões de novos objetos e a devolução de recursos no valor de 8.000.485,257,
1129 resultando na redução do plano inicialmente aprovado de 39.000.756,345 para
1130 31.000.271,870,07, em seguida apresentou os objetos excluídos, incluindo o Centro
1131 Cultural São Paulo (reforma em imóvel tombado, teatro Flávio Império, projeto
1132 executivo estrutural e de drenagem), Casa de Cultura Pirituba (construção), Centro
1133 Cultural Vila Tororal (reforço estrutural), Escola Municipal de Iniciação Artística
1134 Cantinho do Céu (reforma e manutenção predial), e Territórios Culturais para a Primeira
1135 Infância na Subprefeitura da Sé, explicando que tais objetos não seriam contemplados
1136 nos próximos slides, em seguida detalhou os objetos com alterações ou inclusões,
1137 iniciando pelo Centro Cultural São Paulo, Rua Vergueiro, 1000, Subprefeitura da Sé,
1138 com três objetos: reforma em imóvel tombado, instalações elétricas, status em
1139 desenvolvimento, valor de 50.000, processo SEI ainda não aberto; reforma de
1140 manutenção predial, status em execução, valor de 950.000; e reforma de manutenção
1141 predial e drenagem, status em execução, valor de 1.000.700, ambos com processo SEI
1142 disponibilizado, em sequência apresentou o sítio Mirim, Estrada da Cis Ribeiro, nº
1143 10.573, Subprefeitura de São Miguel Paulista, objeto reconstrução da casa sede, status
1144 em execução, valor 1.000.500, com processo SEI disponível; Escola Municipal de
1145 Iniciação Artística Jabaquara, Rua Volkswagen, sem nº, Casa 3, Subprefeitura Jabaquara,
1146 objeto restauro e reforma da casa 2, status em licitação, valor 150.000, com processo
1147 SEI disponibilizado; Teatro Cacilda Becker, Rua Tito, 295, Subprefeitura da Lapa, objeto
1148 reforma e manutenção predial, status em licitação, valor 150.000, processo SEI
1149 disponibilizado; Casa de Cultura São Mateus, Rua Monte Mandirá, nº 40, Subprefeitura



**FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO -
FUNDURB**

1150 São Mateus, obra nova, status em execução, valor 300.100, processo SEI
1151 disponibilizado; e Casa de Cultura Vila Guilherme, Praça Oscar da Silva, 110,
1152 Subprefeitura Vila Maria, objeto reforma e restauro em imóvel tombado, extratos em
1153 licitação, valor 215.000, processo SEI disponibilizado. 50). em sequência a Sra. Karine
1154 Stephanie Alves, representante da SMC, apresentou os objetos referentes à Secretaria
1155 Municipal de Cultura e Economia Criativa, iniciando pela Biblioteca Mário de Andrade,
1156 Rua da Consolação, nº 94, Subprefeitura da Sé, com três objetos: projeto de AVCB,
1157 status em planejamento, valor simbólico 1.000, processo SEI disponibilizado; restauro
1158 da calçada, status em planejamento, valor 1.000, processo SEI disponibilizado; e projeto
1159 básico e executivo de climatização para biblioteca e hemoroteca, status em
1160 planejamento, valor 1.000, processo SEI não disponibilizado, em seguida apresentou o
1161 Monumento Fonte Monumental, Praça Júlio Mesquita, nº 97 a 113, Subprefeitura da
1162 Sé, objeto restauro, status em planejamento, valor 229.187,69, processo SEI
1163 disponibilizado; Monumento à Independência, Praça do Monumento, Subprefeitura do
1164 Ipiranga, objeto restauro, status em planejamento, valor simbólico 1.000, processo SEI
1165 disponibilizado; Casa Amarela, Rua da Consolação, 1.075, Subprefeitura da Sé, objeto
1166 projeto executivo e obra de restauro/requalificação, status em planejamento, valor
1167 1.000, processo SEI disponibilizado, em sequência apresentou o Centro Cultural
1168 Terminal da Lapa, Rua Guaicurus, nº 1.100, Subprefeitura da Lapa, objeto levantamento
1169 de edificações do terreno, status em execução, valor 55.000, processo SEI
1170 disponibilizado; Biblioteca Pedro Nava, Avenida Engenheiro Caetano Álvares, nº 5.903,
1171 Subprefeitura Santana/Tucuruvi, objeto levantamento de edificações do terreno, status
1172 em execução, valor 30.000, processo SEI disponibilizado; Casa de Cultura Itaim Paulista,
1173 Rua Monte Camberela, nº 490, Vila Silva Teles, Subprefeitura Itaim Paulista, objeto
1174 levantamento de edificações do terreno, status em execução, valor 10.000, processo
1175 SEI disponibilizado; Casa do Kashingui, Praça Ênio Barbato, sem nº, Subprefeitura do
1176 Butantã, objeto levantamento de edificações e terreno, status em execução, valor
1177 37.000, processo SEI disponibilizado; Biblioteca Ricardo Ramos, Praça do Centenário de
1178 Vila Prudente, nº 25, Subprefeitura Vila Prudente, objeto levantamento de edificações e
1179 terreno, status em execução, valor 37.000, processo SEI disponibilizado, e iniciou a
1180 apresentação da Biblioteca Álvaro de Azevedo, com detalhes a serem seguidos nos
1181 slides. 51). Em sequência a Sra. Karine Stephanie Alves, representante da SMC,
1182 apresentou os próximos objetos do plano de investimento da Secretaria Municipal de
1183 Cultura e Economia Criativa, iniciando pela Biblioteca Praça Joaquim José da Nova, sem
1184 número, Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme, objeto levantamento de edificações e
1185 terreno, status em execução, valor 30.000, processo SEI disponibilizado; Biblioteca
1186 Sérgio Buarque de Holanda, Rua Vitorino Santinho, 44, Subprefeitura Itaquera, com
1187 quatro objetos: 1) reforma em imóvel tombado, intervenção geral, status em licitação,
1188 valor 350.000, processo SEI disponível; 2) reforma em imóvel tombado, casarão, status
1189 em execução, valor 385.000, processo SEI disponível; 3) reforma em imóvel tombado,
1190 chalé, status em licitação, valor simbólico 1.000, processo SEI disponível; 4) reforma e
1191 manutenção da área externa, status em execução, valor 400.000, processo SEI
1192 disponível, em seguida apresentou o Caso de Cultura Perus, endereço a definir, objeto
1193 projeto executivo para construção de casa de cultura, status em planejamento, valor
1194 1.000, sem processo SEI; Casa de Cultura Cidade Ademar, Avenida Durval Pinto
1195 Ferreira, 820, Subprefeitura Cidade Ademar, objeto despesa do exercício anterior de
1196 2024, implantação da casa de cultura, status finalizado, valor ajustado 90.000, processo
1197 SEI disponível, com entrega recente; Casa Modernista, Rua Santa Cruz, 325, Vila



**FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO -
FUNDURB**

1198 Mariana, Subprefeitura Vila Mariana, dois objetos: 1) atualização do orçamento, status
1199 em planejamento, valor 1.000, sem processo SEI; 2) imagens 3D do projeto, status em
1200 planejamento, valor 1.100, processo SEI disponível; Biblioteca Gilberto Freyre, Rua José
1201 Joaquim, 290, Subprefeitura Sapopemba, objeto reforma e manutenção predial, status
1202 em execução, valor 725.000, processo SEI disponibilizado; Biblioteca Guimarães, Rua
1203 Jaguar, 225, Subprefeitura Itaim Paulista, objeto reforma e manutenção predial, status
1204 em execução, valor 575.000, processo SEI disponibilizado. 52). Em sequência a Sra.
1205 Karine Stephanie Alves, representante da SMC, apresentou os últimos objetos do plano
1206 de investimento da Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa, iniciando pela
1207 Biblioteca Afonso Tonet, Rua Taquari, 549, Subprefeitura da Mooca, objeto reforma e
1208 manutenção predial, status em execução, valor 1.000.100, processo SEI disponível;
1209 Centro Cultural Vila Formosa e Biblioteca Paulo Setúbal, Avenida Renata, 163,
1210 Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão, objeto reforma e manutenção predial,
1211 status em execução, valor 600.000, processo SEI disponível; Teatro Artur Azevedo,
1212 Avenida Paes de Barros, 955, Subprefeitura da Mooca, objeto reforma e manutenção
1213 predial em imóvel tombado, status em execução, valor 450.000, processo SEI a ser
1214 disponibilizado; Galeria Olido, Avenida São João, 473, Centro Histórico de São Paulo,
1215 Subprefeitura Sé, objeto reforma e manutenção predial, status em planejamento, valor
1216 400.000, processo SEI não disponível, incluído como novo objeto; Biblioteca Monteiro
1217 Lobato, Rua General Jardim, 485, Vila Buarque, Subprefeitura da Sé, objeto reforma e
1218 manutenção predial, status em planejamento, valor 200.000, processo SEI não
1219 disponível, segunda inclusão no plano, em seguida a Sra. Karine explicou que, com
1220 exceção dessas duas inclusões, todos os demais ajustes consistiram em redução de
1221 valores devido a cronogramas de execução das obras e licitações, de modo que não
1222 seria possível executar integralmente os recursos previstos até o final do exercício,
1223 permitindo que os recursos fossem disponibilizados ao FUNDURB para outras
1224 secretarias e projetos, ressaltando que tais ajustes visaram priorizar obras e projetos que
1225 já estavam em andamento e garantir a continuidade da execução, finalizando a
1226 apresentação com agradecimentos, reforçando que a Secretaria vem executando
1227 diversas obras e entregas durante o ano e colocando-se à disposição para
1228 esclarecimentos. 53). Com a palavra o Sr. José André de Araújo, Conselheiro CMPU 2,
1229 dirigiu-se à Sra. Karine Stephanie Alves, representante da SMC, para solicitar
1230 esclarecimentos sobre dois pontos específicos no remanejamento e subtração de
1231 recursos apresentados: 1) no Centro Cultural São Paulo, em relação às obras de
1232 drenagem e às instalações elétricas, destacando a preocupação com a presença de
1233 produtos inflamáveis no local e os riscos associados à segurança predial; 2) na Biblioteca
1234 Mário de Andrade, sobre os recursos destinados ao projeto de AVCB, fundamentais
1235 para a emissão do documento de segurança do estabelecimento, garantindo operação
1236 segura e ordenada, solicitando que a Sra. Karine explanasse sobre essas questões sem
1237 prejuízo dos comentários que fariam parte do seu voto. 54). Com a palavra a Sra. Karine
1238 Stephanie Alves, representante da SMC, esclareceu que, por não ser especialista na área
1239 de engenharia e arquitetura, não poderia fornecer muitos detalhes técnicos sobre os
1240 objetos referentes a obras de drenagem, instalações elétricas e AVCB no Centro
1241 Cultural São Paulo (CCSP) e na Biblioteca Mário de Andrade (BMA), explicando que a
1242 execução dessas obras não pôde prosseguir no FUNDURB neste ano porque os
1243 materiais técnicos necessários para licitação — cadernos técnicos, TRs e outros
1244 documentos — não ficaram prontos a tempo, em seguida informou que a previsão é
1245 retomar as licitações com prioridade no próximo ano, ressaltando que as equipes



**FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO -
FUNDURB**

1246 técnicas do CCSP, da BMA e da SMC continuam trabalhando intensamente na
1247 elaboração desses materiais, que são complexos, principalmente no CCSP por ser o
1248 maior equipamento cultural, com muitas especificidades devido ao seu tamanho,
1249 garantindo que, quando concluídos, os materiais permitirão a realização de licitações de
1250 alta qualidade e a regularização dos documentos de segurança (AVCB) nos
1251 equipamentos. 55). Em sequência foi colocada em deliberação a minuta de resolução
1252 SMUL/ATECC/FUNDURB nº 053/2025, considerando a Lei Municipal nº 16.050, o
1253 Decreto Municipal nº 57.547, a planilha descritiva e a apresentação da Secretaria
1254 constantes nos documentos nº 14.6295.636 e nº 14.6295.651, enviados no processo nº
1255 6025.2024/0025460-5, submetida ao Plenário do Conselho Gestor do FUNDURB na
1256 44ª Reunião Ordinária, realizada em 27/11/2025, que por votos deliberou, em
1257 sequência, no Art. 1º aprovar a alteração do Plano Anual de Aplicação para o exercício
1258 de 2025 da Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa, reduzindo seu limite
1259 de 39.756.345 BRL para 31.271.087,07 BRL, conforme Anexo I, e no Art. 2º revogar as
1260 disposições contrárias, em seguida procedeu-se à coleta de votos, SMUL, Suplente Sr.
1261 Paulo Leite, de acordo, SMSUB, Suplente Sra. Cíntia Grecov, de acordo, SF, Suplente Sr.
1262 Fabiano Martins de Oliveira, de acordo, SGM, Suplente Sra. Tarsila Amaral Fabre
1263 Godinho, , de acordo, Gabinete do Prefeito, Suplente Sr. Ricardo Figueiredo Veiga, de
1264 acordo, CMPU 2, Titular Sr. José André de Araújo, voto contrário com especificação e
1265 fundamentação na ata e no extrato, em sequência o Sr. José André justificou seu voto
1266 contrário, observando que a manutenção de alguns prédios não estaria sendo tratada
1267 como prioridade pela Secretaria, destacando a retirada de recursos do Centro Cultural
1268 São Paulo para obras de drenagem e instalações elétricas, causando grave preocupação
1269 pela preservação de obras de arte e patrimônio cultural; ressaltou ainda a situação da
1270 Biblioteca Mário de Andrade, quanto ao AVCB, documento essencial para a segurança
1271 do prédio, enfatizando que segurança e manutenção desses equipamentos deveriam ser
1272 tratadas com prioridade e responsabilidade pelo administrador público, registrando sua
1273 intenção de encaminhar o caso ao Ministério Público Estadual para eventual instauração
1274 de inquérito civil a fim de apurar responsabilidades, especialmente quanto à validade do
1275 AVCB, finalizando seu voto de forma contrária, sendo em seguida registrado que a
1276 proposta foi aprovada por maioria de votos. 56). Com a palavra o Sr. Tiago Rosa
1277 Machado, representante da SEME, informou que, após a sua apresentação anterior,
1278 conversou com o Diretor de Obras da SEME e com o Diretor do Departamento de
1279 Gestão de Equipamentos, referentes à obra do Bate Fácil, esclarecendo que, de acordo
1280 com o cronograma atual, não seria possível concluir todas as execuções até 31 de
1281 dezembro com o orçamento disponível, justificando, portanto, o pedido de
1282 remanejamento de recursos; acrescentou que a obra do Bate Fácil está programada para
1283 finalização em fevereiro, e que, a partir do início do próximo ano, será avaliado se será
1284 necessário solicitar recursos adicionais ao FUNDURB ou se a finalização poderá ser
1285 custeada pelo Tesouro da pasta, encerrando a apresentação do panorama atualizado da
1286 obra. 57). Em sequência o Sr. José André de Araújo, Conselheiro CMPU 2, agradeceu ao
1287 Sr. Tiago Rosa Machado, da SEME, pelo esclarecimento e dedicação, ressaltando que
1288 seus comentários não visavam críticas pessoais, mas que a paralisação de uma obra no
1289 meio do processo gera preocupação, principalmente quanto à disponibilidade de
1290 materiais e à continuidade da execução, podendo causar impactos em 2026; em réplica
1291 o Sr. Tiago explicou que não há perspectiva de paralisação da obra, apenas a
1292 necessidade de aguardar o fechamento do orçamento do exercício corrente e a
1293 divulgação do orçamento do próximo ano, destacando que os pagamentos e retomada



**FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO -
FUNDURB**

1294 da obra ocorrerão de acordo com o calendário orçamentário, salvo situações
1295 excepcionais; em sequência o Sr. José André reforçou que sua observação estava
1296 vinculada às limitações do orçamento anual e agradeceu as explicações, encerrando sua
1297 manifestação e desejando boa tarde. 58). Em sequência a Sra. Talita Veiga Cavallari
1298 Fonseca, Secretária Executiva, destacou que, devido ao adiantado do horário e à
1299 finalização apenas do item 2 da pauta, propôs ao Presidente a suspensão da reunião,
1300 sem encerramento, e a continuidade do item 3 em data posterior, considerando a
1301 necessidade de apresentação das prestações de contas de todas as secretarias, em
1302 seguida apresentou o calendário de reuniões do FUNDURB para 2026, informando que
1303 as reuniões são trimestrais: 24 de fevereiro, 19 de maio, 25 de agosto e 17 de
1304 novembro, mencionando que a reunião atual se tratava de continuação da reunião
1305 ordinária previamente prevista para 18 de novembro, e que a continuidade da presente
1306 reunião foi agendada para 4 de dezembro, esclarecendo que, caso haja necessidade de
1307 reunião extraordinária, a convocação será realizada conforme os prazos previstos,
1308 finalizando com agradecimentos aos presentes. 59). em sequência o Sr. José André de
1309 Araújo confirmou que a reunião de 4 de dezembro será exclusivamente para tratar dos
1310 assuntos pendentes da pauta de hoje, sem inclusão de novos itens, em réplica a Sra.
1311 Talita Veiga Cavallari Fonseca esclareceu que a continuidade abrangerá apenas os
1312 materiais já encaminhados e que o link de acesso será reenviado, mantendo-se o mesmo
1313 conteúdo da reunião atual; o Sr. José André solicitou que o calendário de 2026 seja
1314 enviado por e-mail, ressaltando a necessidade de considerar o término do mandato, ao
1315 que a Sra. Talita informou que o mandato do CMPU permanece ativo até abril ou maio,
1316 garantindo o envio do calendário e finalizando a reunião com agradecimentos.

CONSELHEIROS PRESENTES

PRESIDÊNCIA

PAULO LEITE JUNIOR
PRESIDENTE SUPLENTE

APOIO

TALITA VEIGA CAVALLARI FONSECA
SECRETÁRIA EXECUTIVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUBPREFEITURAS

CINTIA GRECOV

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA

SUPLENTE

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL

TARSILA AMARAL FABRE GODINHO

SUPLENTE

SOCIEDADE CIVIL

GABINETE DO PREFEITO

RICARDO FIGUEIREDO VEIGA

TITULAR

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA 2

JOSÉ ANDRÉ DE ARAÚJO

TITULAR